



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DISPOSITIVO DE VELHICE: Uma Analítica Interpretativa

DOUTORADO

Almir Pedro Sais

**Florianópolis
2011**

ALMIR PEDRO SAIS

DISPOSITIVO DE VELHICE: Uma Analítica Interpretativa

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Orientador:
Prof. Dr. Kleber Prado Filho

Área de concentração:
Práticas Sociais e Constituição de Sujeito

Linha de Pesquisa:
Relações Éticas, Estéticas e Processos de criação

**Florianópolis
2011**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

S158d Sais, Almir Pedro
Dispositivo de Velhice [tese] : uma analítica
interpretativa / Almir Pedro Sais ; orientador, Kleber Prado
Filho. - Florianópolis, SC, 2011.
98 p.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Psicologia. 3. Velhice.
4. Consciência. 5. Comportamento humano. I. Prado Filho,
Kleber. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Em Psicologia

DISPOSITIVO DE VELHICE: Uma Analítica Interpretativa

Por
Almir Pedro Sais

Orientador: Prof. Dr. Kleber Prado Filho

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Psicologia* e aprovada em sua forma final no dia 26 de janeiro de 2011, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Doutorado.

Prof^a. Dr^a Katia Maheirie Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Kleber Prado Filho – Orientador – Presidente – UFSC-SC

Prof^a. Dr^a Margarete Axt
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação – UFRGS

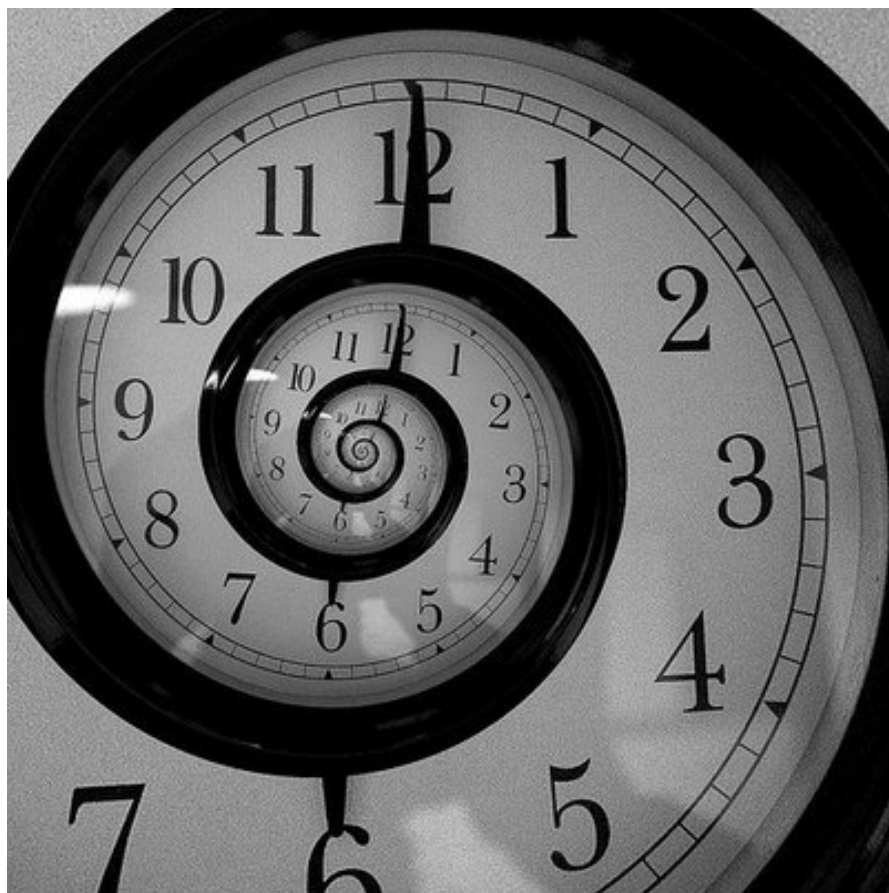
Prof^a Dr^a Tânia Mara Galli Fonseca
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – UFRGS

Prof. Dr. Máximo Canevacci
Centro de Antropologia Cultural, Universidade de Roma “ La Sapienza”

Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSC

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011

O tempo não para



AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao Kleber que me acolheu e me orientou nas horas em que precisei e que me deixou absolutamente à vontade para desenvolver meu projeto de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, em especial Maria Chalfin Coutinho, Fernando Aguiar Brito de Souza, Dulce Helena Soares, Narbal Silva, Kátia Maheirie, Mériti de Souza, Kleber Prado Filho e Andrea Zanella, com quem travei divertidas discussões.

Aos colegas de pós-graduação com quem produzi bons momentos técnico-culturais, em especial ao Mario e ao André com quem, além de boas discussões, dei muita risada.

Às professoras Tânia Mara Galli Fonseca, Margarete Axt, e aos professores Adriano Henrique Nuernberg e Máximo Canevacci por aceitarem compor minha banca de defesa.

À CAPES, pela bolsa de Estágio Doutorando – PDEE que me proporcionou realizar parte de meus estudos na cidade mais linda do mundo: Roma.

Ao professor Máximo Canevacci que me acolheu em Roma.

À professora Kátia Maheirie, coordenadora do Programa Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, grande profissional, querida amiga e incentivadora de todos os momentos.

EM ESPECIAL

À minha filha Letícia, que aos 10 anos de idade, já completamente afetada pelo dispositivo de velhice, com medo de meu envelhecimento, minha morte e sua sozinha, e que sem saber me dava força e vontade de não desistir de meus exercícios de liberdade atravessados pela escrita desta tese.

À minha amada companheira, incansável, exigente, briguenta, amável e acolhedora, Andréa Zanella, sem a qual esta Tese não seria uma realidade. Incansável nas leituras e críticas sempre ao meu lado eu dedico esta pesquisa e seu resultados.

Amo-te, Andréa.

RESUMO

A velhice é um Dispositivo. É dessa afirmação, dessa hipótese que parto para realizar minha pesquisa e escrever minha tese. Embora pessoas em idade avançada possam ser encontradas em diferentes períodos da história humana, a velhice só pode se realizar como objeto e sujeito de interesse científico e práticas em período recente: segunda metade do século XX. Foi preciso que a luta pelas liberdades, igualdades e a boa arte de governar os homens, mais que os territórios, ganhasse a dimensão de “natureza” e universalidade atravessadas pelas novas técnicas de governamentalização: o biopoder. Neste sentido afirmo que a velhice, mais que um fenômeno do curso de vida (*life-span*), é uma tecnologia centrada na vida. Uma tecnologia centrada na regulação de hábitos, normatização de comportamentos e normalização de sujeitos com vistas à gestão da população visando à conduta dos homens. O referencial teórico metodológico desta pesquisa se ancorou na (des)construção foucaultiana sustentada na problematização do pensamento. Trata-se de um método histórico no sentido do pensamento crítico de Nietzsche em termos da desconstrução de valores, produção de conhecimento, das relações de poder e da constituição do sujeito ou da subjetividade. Tratou-se, pois, de uma análise das condições nas quais se formaram ou se modificaram certas relações de sujeito a objeto constitutivas de um saber possível a respeito da Velhice Dispositivo. Ou Dispositivo de Velhice. Para produzir meus resultados me vali da “analítica interpretativa”, um conceito proposto por Dreyfus e Rabinow (1995) para designar a relação entre os métodos arqueológicos e genealógico em Foucault. Uma complementaridade entre a raridade dos enunciados (arqueologia e a efetiva formação do discurso pelas práticas não-discursivas (genealogia). Como efeitos do discurso, ou das formações discursivas que emergem em meio a jogos de verdades em constante atualização, o velho e a velhice são efeitos do dispositivo de velhice. O “trabalho em terreno” foi, pois, o de desemaranhar as linhas do dispositivo, traçar um mapa, cartografar a velhice. A velhice dispositivo tem seu lugar estratégico e tático assegurado na sociedade de segurança e na racionalidade previdenciária estatal. Num mesmo movimento,

mas por caminho inverso, se o dispositivo de infantilidade via sexualidade infantil põe em xeque a sexualidade adulta, o dispositivo de velhice pelas vias do trabalho e não trabalho, qualidade de vida e saúde põe em xeque todas as gerações precedentes.

Palavras-chave: Velhice, Dispositivo, Governamentalidade, Foucault.

ABSTRACT

Old age is a dispositive. It is from this statement, this hypothesis that I initiate to perform my research and writing my thesis. Although people in old age can be found in different epochs of human history, old age can only happen as object and subject of scientific interest and practice in recent times: the second half of the twentieth century. It was necessary the fight for freedom, equality and the art of well-ruling people more than territories obtaining the dimension of nature and universality through the new techniques of government control: (biopower). According to that I say that old age, more than a phenomenon of life course (life span) is a technology centered in life. A technology focused on the regulation of habits, normatization of behaviors and normalization of subjects in order to organize the population, aiming to conduct men. The theoretical framework of this research is based on the Foucauldian (de)construction sustained by the problematization of thought. This is a historical method related to the critical thinking according to Nietzsche's deconstruction values, knowledge production, power relations and constitution of the subject or subjectivity. It was, therefore, an analysis of conditions in which they formed or modified certain constitutive subject to object relations of a possible knowledge about Dispositive Aging. Or Old age dispositive. In order to produce my results I used the Interpretive Analytic, a concept proposed by Dreyfus and Rabinow (1995) to describe the relationship between the archaeological and genealogical methods in Foucault. A complementarity between the rarity of statements (Archaeology and effective formation of speech through non-discursive practices (Genealogy). As effects of the speech, or of discursive forms that emerge in the midst of the games of truth constantly updated, the elder and old age are the effects of old age dispositive. The fieldwork was, therefore, to disentangle the lines of the dispositive, to draw coordinates, to map the old age. The old age dispositive has its strategic and tactical places assured in security society and in state welfare rationality. In a single motion, but in the opposite way, if the childhood dispositive via sexual infantilism cast doubt on adult sexuality, the old age dispositive through the ways of working and

non-working, quality of life and health calls into question all previous generations.

Keywords: Old Age, Elderly, Dispositive, government, Foucault.

RESUMEN

La vejez es un Dispositivo. Es de esa afirmación, de esa hipótesis que parto para realizar mi investigación y escribir mi tesis. Aunque personas en edad avanzada puedan ser encontradas en diferentes periodos de la historia humana, la vejez sólo puede realizarse como objeto y sujeto de interés científico y prácticas en periodo reciente: en la segunda mitad del siglo XX. Fue preciso que la lucha por las libertades, igualdades y el buen arte de gobernar los hombres, más que los territorios, ganara la dimensión de “naturaleza” y universalidad atravesadas por las nuevas técnicas de gubernamentalización: el biopoder. En este sentido afirmo que la vejez, más que un fenómeno del curso de vida (life-span), es una tecnología centrada en la vida. Una tecnología centrada en la regulación de hábitos, normatización de comportamientos y normalización de sujetos con vistas a la gestión de la población con vistas a la conducta de los hombres. La referencia teórico- metodológica de esta investigación se ancló en la (des)construcción foucaultiana sostenida en la problematización del pensamiento. Se trata de un método histórico en el sentido del pensamiento crítico de Nietzsche en términos de la desconstrucción de valores, producción de conocimiento, de las relaciones de poder y de la constitución del sujeto o de la subjetividad. Se trató, pues, de un análisis de las condiciones en las cuales se formaron o se modificaron ciertas relaciones de sujeto a objeto constitutivas de un saber posible sobre la Vejez Dispositivo. El Dispositivo de Vejez. Para producir mis resultados me valí de la “analítica interpretativa”, un concepto propuesto por Dreyfus y Rabinow (1995) para designar la relación entre los métodos arqueológicos y genealógico en Foucault. Una complementaridad entre la rareza de los enunciados (arqueología y la efectiva formación del discurso por las prácticas no-discursivas (genealogía). Como efectos del discurso, o de las formaciones discursivas que emergen en medio a juegos de verdades en constante actualización, el viejo y la vejez son efectos del dispositivo de vejez. El “trabajo en terreno” fue, pues, lo de desenredar las líneas del dispositivo, trazar un mapa, cartografiar la vejez. La vejez dispositivo tiene su lugar estratégico y táctico asegurado en la sociedad de seguridad y en la racionalidad de la seguridad social estatal. En un mismo

movimiento, pero por camino inverso, si el dispositivo de infantilidad vía sexualidad infantil pone en jaque la sexualidad adulta, el dispositivo de vejez por las vías del trabajo y no trabajo, calidad de vida y salud pone en jaque todas las generaciones precedentes.

Palabras clave: Vejez, Dispositivo, Governamentalidad, Foucault.

Tu Tens um Medo

Acabar.
Não vês que acabas todo o dia.
Que morres no amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que te renovas todo dia.
No amor.
Na tristeza
Na dúvida.
No desejo.
Que és sempre outro.
Que és sempre o mesmo.
Que morrerás por idades imensas.
Até não teres medo de morrer.
E então serás eterno.
Não ames como os homens amam.
Não ames com amor.
Ama sem amor.
Ama sem querer.
Ama sem sentir.
Ama como se fosses outro.
Como se fosses amar.
Sem esperar.
Tão separado do que ama, em ti,
Que não te inquiete
Se o amor leva à felicidade,
Se leva à morte,
Se leva a algum destino.
Se te leva.
E se vai, ele mesmo...
Não faças de ti
Um sonho a realizar.
Vai.
Sem caminho marcado.
Tu és o de todos os caminhos.
Sê apenas uma presença.
Invisível presença silenciosa.
Todas as coisas esperam a luz,

Sem dizerem que a esperam.
Sem saberem que existe.
Todas as coisas esperarão por ti,
Sem te falarem.
Sem lhes falares.
Sê o que renuncia
Altamente:
Sem tristeza da tua renúncia!
Sem orgulho da tua renúncia!
Abre as tuas mãos sobre o infinito.
E não deixes ficar de ti
Nem esse último gesto!
O que tu viste amargo,
Doloroso,
Difícil,
O que tu viste inútil
Foi o que viram os teus olhos
Humanos,
Esquecidos...
Enganados...
No momento da tua renúncia
Estende sobre a vida
Os teus olhos
E tu verás o que vias:
Mas tu verás melhor...
... E tudo que era efêmero
se desfez.
E ficaste só tu, que é eterno.

Cecília Meireles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I Sobre uma Metodologia Investigativa.....	24
CAPÍTULO II Um Convite ao Non-Sense.....	36
CAPÍTULO III Sobre a Velhice.....	42
CAPÍTULO IV Velhice e Não Trabalho.....	52
CAPÍTULO V Sobre a Produção do Dispositivo Velhice.....	58
CAPÍTULO VI A Velhice como Dispositivo.....	85
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

“...Me vejo envelhecendo, morrendo a cada dia, na pele que vai perdendo o viço, na mão que apresenta dobras, nervuras, nos movimentos que se tornam difíceis, na flexibilidade perdida.”

Andrea

Não falta, - desde os gregos, passando por Cícero (40 A.C) com seu livro “Saber envelhecer” à Simone de Beauvoir com sua clássica obra “A Velhice”(1990) -, literatura sobre a velhice e o envelhecimento. Desde conselhos de como viver mais e melhor à dietética para uma velhice saudável e ativa, muitas das obras se situam no plano da denúncia da marginalização, da opressão a que vem sendo submetidas às pessoas mais velhas. Dentre elas podemos citar Eneida Haddad (1986), Jack Messy (1993), Ecléa Bosi (1994).

Um rápido sobrevôo sobre a cidade¹ permitirá, mesmo aos menos atentos, perceber que, na sociedade brasileira, o velho, principalmente pobre, mas não só, é desalentado, tiranizado, coagido, humilhado. Como refere Chauí, (em Bosi, 1994), o velho é oprimido, como o são, digo eu, de maneira geral, as chamadas minorias, os “destituídos” do poder ².

Contudo, o conceito de opressão, bem como os demais adjetivos apresentados, não são suficientes para dar conta da experiência do envelhecer e tampouco da velhice. Se o velho é oprimido, a velhice é opressão porque a entendo como formação discursiva que se impõe aos que atingem certa faixa etária em especial, e a todos em geral, em qualquer idade. Mas o mesmo

¹ A referência à cidade diz respeito ao cuidado que temos com as relações, podendo estas se dar em outras bases na zona rural longínqua, em pequenas comunidades (fechadas), aglomerados ainda não afetados em sua integralidade pelos braços da globalização urbana.

² Apresento entre aspas a expressão destituídos, pois aqui estou usando poder no sentido mais comum do termo, não no sentido foucaultiano.

não se pode dizer a respeito dos envelhecendos³, das pessoas que se debatem num horizonte de ambigüidades atravessadas pela velhice enunciada e as diferenças constitutivas de singularidades vivas, heterogêneas, freqüentemente capturadas.

Afirmo, pois, que se o velho é oprimido, a velhice é opressão por se tratar, em alguma medida, de um conceito genérico-abstrato, por vezes nem tão abstrato assim. Uma formação discursiva, portanto, da ordem da normatização, da ordem da lei onde o poder se exerce em sua suposta negatividade, porque imposto desde a exterioridade da experiência do envelhecer-viver. Mas também aí o poder é exercido em sua positividade, quando se efetiva como produtor de uma dada realidade, posto que se situa no plano da eficácia, dos efeitos, como refere Foucault (1992), produzindo sujeitos, para muito além da pura opressão. Eis, pois, a minha “hipo-tese”: **A VELHICE É UM DISPOSITIVO**, uma máquina de positivar, uma máquina de fazer ver e fazer falar que produz realidades, subjetividades, que objetiva indivíduos, que subjetiva sujeitos, que sobredetermina modos de relação do sujeito consigo mesmo, que produz também uma experiência do viver, que produz im-possibilidades do viver, uma velhice.

Não foi mera obra do acaso ou da demografia que só a partir da segunda metade do século XX tenha proliferado uma literatura especializada e em abundância sobre o tema. Das patologias típicas na velhice-doença à dietética para uma velhice-ativa não cessam as publicações, algumas mirabolantes distribuindo conselhos para se evitar a velhice, outras bradando a descoberta do genoma/gen da longevidade.

Não se pode negligenciar que pessoas com idade avançada existiram ao longo da história, ainda que em números reduzidos em determinados períodos se comparado ao atual. Contudo, a velhice só podia se realizar, se refletir, adquirir e multiplicar as suas dimensões em um período diferente do patriarcado, em um período outro que o do soberano

³ Se entendemos o envelhecer como um processo de transformações que se dá desde a concepção até a morte, o envelhecendo é a ação de transformar-se ao longo de toda a vida, enfim, vivendo.

transcendente ao seu reino. Mais que a velhice em seu número e duração, como costumam iniciar os textos sobre o tema para justificar o interesse, foi preciso que a luta pelas liberdades, igualdades e a boa arte de governar os homens, mais que os territórios, ganhasse a dimensão da “natureza” e universalidade pelas novas técnicas de governamentalização.

A velhice, mais que um fenômeno do curso de vida (*life-span*), é uma tecnologia centrada na vida. Uma tecnologia centrada na regulação de hábitos e lucrativa normatizando comportamentos de indivíduos e coletividades, normalizando sujeitos com vistas a um fim: pela gestão da população, a governamentalidade dos homens.

Meu interesse por essas questões, brevemente anunciadas e que desenvolverei ao longo desta tese, vem de longa data. Em minha dissertação de mestrado (Sais, 1995), mais do que possibilitar indicativos para a construção de uma filosofia da velhice ou uma psicologia do envelhecimento, a pesquisa se voltou para o que poderia se chamar de uma pragmática do cotidiano de pessoas com 60 anos e mais em um Centro de Convivência para Idosos, ou seja, a pesquisa voltou-se para a investigação da falta de uma sensibilidade-ferramenta, um arsenal teórico-afetivo capaz de acolher a vida em seu devir polifônico transbordante e contida em pessoas envelhecidas.

Quase aos moldes da denúncia da tiranização da velhice, a pesquisa/intervenção realizada no mestrado buscou dar visibilidade a pessoas com 60 anos e mais, submetidas ao constrangimento do regulamento explícito ou tácito de uma instituição municipal de convivência para idosos, todos pobres ou remediados em busca mais de comida e assistência médica do que de convivência. Nesta instituição a vivência era a das regras, das normas. Como nessas escolas privadas em que alunos pobres precisam “trabalhar” para pagar seus cursos, se encontrando para as aulas e se dispersando ao seu final, sempre correndo, sem tempo, interesse ou disposição para efetivas convivências, também os velhos, naquele centro de convivência, chegavam e saíam de segunda a sexta sem maiores possibilidades de estabelecerem relações outras entre eles.

Como num colégio militar, tinham programação fixa que se repetia ao longo dos dias, das semanas, dos meses: café na chegada, consulta médica, sala de jogos e artesanatos, almoço, etc. Explicitamente procedimentos de disciplinarização do velho para uma velhice. Interessante que a coordenadora do Centro de Convivência, com mais de 60 anos, referia-se aos usuários como “os meus velhinhos”.

No século XVIII a nova racionalidade biopolítica visava à gestão de indivíduos e populações objetivando prolongar-lhes a vida útil tomando como alvo o corpo e a conduta. Atualmente, ainda tendo como alvo o corpo e a conduta e sem deixar de visar o prolongamento da vida útil, afirmam-se procedimentos por uma vida longa, útil e docilmente pacífica. Um governo paz e amor para uma população sem revolta. Eis um desafio aos governantes e a razão previdenciária de Estado em nossos dias. Basta que prestemos atenção nas discussões localizadas como a descrição acima: uma velhice sob controle das regras pacificadoras, ou prestemos atenção as universais como nas discussões acerca da aposentadoria que circulam pelo planeta-economia. Como alterar as regras e manter a ordem?

Como dizia, a velhice, mais que um fenômeno do curso de vida (life-span), é uma tecnologia centrada na vida. Não é o mero resultado do acaso e/ou dos procedimentos de higienização, ou dos avanços técnicos da medicina. A segunda guerra mundial e sua carnificina, a destruição de parte da população jovem do planeta, a sobrevivência dos velhos que não foram alistados nas frentes de batalha, o aumento da longevidade pela sanitização da vida, o desenvolvimento da tecnologia médica, podem servir de condição de possibilidades e proveniência para a emergência da velhice, mas não são suficientes para afirmá-la.

A velhice não pode ser explicada e compreendida de dentro da velhice. É preciso fazer a análise passar por fora, deslocar. Como refere Foucault (2009), como princípio metodológico é preciso passar por fora da instituição para primeiro, substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder. Segundo, passar ao exterior em relação a sua função uma vez que ocupa um lugar estratégico e tático no Estado de governo. Terceiro, passar ao exterior pela recusa em adotar um

objeto já pronto, seja a doença mental, a delinquência, a sexualidade e, acrescento aqui, a velhice. Trata-se de,

Recusar-se a querer medir as instituições, as práticas e os saberes com o metro e a norma desse objeto já dado. Tratava-se, em vez disso, de apreender o movimento pelo qual se constituía através dessas tecnologias movediças em campo de verdade com objetos de saber. (p.157-158)

Passar por fora, deslocar foi o movimento que procurei fazer em relação aos velhos e a velhice e que me levou à escolha pelo olhar para o tema por outro percurso que aquele trilhado no mestrado. Isso porque não se trata de buscar compreender a 'instituição' envelhecimento ou velhice pela demografia, higienização, avanço tecnológico e medicamentoso, mas empreendendo um esforço metodológico, entendemos, de compreender a velhice a partir de algo exterior e geral que é da ordem da governamentalidade e da racionalidade de Estado - daí o Dispositivo.

CAPÍTULO I

Sobre uma Metodologia Investigativa

Quanto a mim, os autores de que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo, ranger. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem nenhum interesse. (Foucault apud Marton, 1985, p. 46)

O referencial teórico metodológico desta pesquisa se ancorou na (des)construção foucautiana sustentada na problematização do pensamento. Trata-se de um método histórico, não no sentido do materialismo-histórico, mas do pensamento crítico nietzschiano da desconstrução de verdades e valores instalados em nosso mundo em termos da produção do conhecimento, das relações de poder e da constituição do sujeito ou da subjetividade. Portanto, uma história crítica do pensamento, aqui entendido como movimento onde sujeito e objeto são apresentados em suas diversas possibilidades de relações.

Trata-se esta tese de uma análise das condições nas quais se formam ou se modificam certas relações de sujeito a objeto constitutivas de um saber possível. Uma análise do que deve ser o sujeito, a quais condições ele está submetido, que estatuto deve ter, que posições deve ocupar no real ou no imaginário para vir a ser sujeito legítimo de certo tipo de conhecimento. Em outras palavras, quais são os modos de objetivação e subjetivação ou ainda, quais são os procedimentos, técnicas e táticas de sujeitamento. Trata-se, portanto, de determinar as biopolíticas, mas ao mesmo tempo determinar as condições em que alguma coisa pode tornar-se objeto para um conhecimento possível. Trata-se, enfim, de determinar seu modo de objetivação.

Para tanto me vali da analítica interpretativa, um conceito proposto por Dreyfus e Rabinow (1995) para designar a relação entre os métodos arqueológico e genealógico em Foucault e que trataremos a seguir. A analítica interpretativa é, nesta tese, ferramenta para dar visibilidade às condições nas quais a velhice se tornou objeto para um saber e o velho objeto de práticas sociais a partir da segunda metade do século XX. Noutras palavras, como se formou o DISPOSITIVO de VELHICE, no contexto de uma sociedade de segurança.

Parto do princípio que este objeto “legítimo” da ciência moderna chamado velhice, atribuído à melhoria das condições sanitárias e médicas em geral e a explosão demográfica e considerado, portanto, um objeto natural de um conhecimento que emerge dessa mesma natureza empírica, é um objeto produzido historicamente e não uma descoberta no sentido de um objeto pré-existente que foi posto à luz⁴. Como na física

⁴ Uma questão básica em física: como pode o elétron ser partícula e onda ao mesmo tempo?

Para compreender o que está se passando na escala atômica, precisamos nos dispor a abandonar maneiras de pensar costumeiras e substituí-las pelos novos conceitos que o estudo da natureza nos impôs. Uma das características da física clássica que precisamos colocar em questão é a “divisibilidade” desses fenômenos. Isto é, a idéia de que cada processo pode ser seguido passo a passo no tempo e no espaço. A órbita de um elétron em torno do núcleo deveria ser pensada como uma sucessão de pequenos deslocamentos. Mas este tipo de descrição não é consistente com o que encontramos dentro dos átomos. Se desejamos “ver” a estrutura detalhada da órbita, precisamos usar ondas de luz de comprimento de onda muito pequeno, e tal luz com comprimento de onda tão pequeno quanto uma órbita atômica tem quanta de energia mais do que suficientes para arrancar o elétron do átomo. Quando ela atinge o elétron, arranca-o de sua órbita e destrói o próprio objeto que desejamos examinar. De maneira geral, todas as medidas que poderiam ser usadas para decidir entre a natureza ondulatória ou corpuscular do elétron (ou do próton, ou qualquer outra entidade), tem a mesma propriedade. Se efetuamos essas medidas, o objeto muda completamente seu estado no próprio ato da medida e o resultado desta não se aplica ao estado inicial, mas ao estado no qual o objeto foi colocado pela medida. A natureza quântica da luz ou de qualquer outro meio de observação torna impossível decidir entre onda e partícula. Não nos permite subdividir a órbita atômica numa sucessão de movimentos parciais, sejam eles deslocamentos de partículas ou oscilações de ondas. Se forçamos uma subdivisão do processo e tentamos olhar com mais acuidade para a onda para descobrir onde o elétron “realmente” está, nós o encontraremos lá como uma partícula real, mas teremos destruído a sutil individualidade do estado quântico. A natureza ondulatória terá desaparecido e, com ela, todas as propriedades características do átomo. A grande idéia nova da Física quântica é o reconhecimento do fato de que os estados quânticos individuais formam um todo

quântica, em que a luz deforma e é deformada no ato da iluminação de um objeto constituindo sua realidade, a velhice deforma os velhos posto que positiva sujeitos.

Contudo, não busquei nos primórdios da história moderna da velhice as origens de seu aparecimento, uma vez que meu foco não é fazer uma história da velhice, como já mencionado: busquei as condições de aparecimento do objeto que se dá ao mesmo tempo em que se constituem os conhecimentos e práticas a respeito da velhice no início da segunda metade do século passado, ou seja, a formação do Dispositivo.

O que busquei, pois, a partir do Dispositivo enquanto conceito e ferramenta analítica, considerado como agenciamento concreto que opera na produção de práticas e sujeitos (Foucault, 1992; Deleuze, 1999), foram as condições em que a velhice foi posta como objeto para o pensamento e práticas em um determinado tempo.

Busquei realizar uma “analítica interpretativa” dos elementos que compõem este Dispositivo, quais sejam: curvas de visibilidade e regimes de enunciação; linhas de força; linhas de subjetivação e linhas de ruptura, que passarei a tratar a seguir.

A partir de Deleuze (1991 e 1999), podemos entender que curvas de visibilidade e regimes de enunciação constituem saberes acerca do sujeito e suas práticas, instituídos como

indivisível, que existe apenas enquanto não é atacado por um meio de observação. No estado quântico, o elétron não é nem uma partícula nem uma onda no velho sentido. O estado quântico é a forma que um elétron assume quando entregue a si mesmo para ajustar-se às condições de baixas energias. Ele forma uma entidade individual definida, cuja configuração corresponde a um movimento ondulatório, com suas propriedades características espalhando-se sobre uma região finita do espaço. Qualquer tentativa de olhar para os detalhes de sua estrutura por observação direta inevitavelmente o destrói, pois os instrumentos de observação dariam tanta energia ao sistema que a condição de baixa energia não prevaleceria mais. O estado quântico não pode ser descrito em termos de um modelo mecânico. É um novo estado da matéria, diferente de tudo o que experimentamos com objetos grandes. Ele tem uma maneira especial de escapar da observação comum pelo fato de que tal observação necessariamente destrói as condições de sua existência. <http://www.feiradeciencias.com.br/sala19/texto45.asp>

objetos discursivos. Usando a metáfora de Marcello (2004), curvas e regimes funcionam tal qual uma fonte de luz que ilumina, se difunde e dá visibilidade fazendo com que se produza um sujeito em toda a sua positividade no jogo de forças criado e operacionalizado por tais curvas e regimes. Curvas de visibilidade não podem ser confundidas com formas palpáveis, com figuras ou imagens veiculadas e tampouco os regimes de enunciação se referem imediatamente aos ditos, às falas proferidas ou escritas. Como esclarece a autora, por “regimes de enunciação não designamos meramente aquilo que se fala sobre as mães⁵, mas aquilo que se torna possível e justificável falar sobre elas” (ibid, p. 202).

As linhas de força são as que mais dizem respeito à criação e disposição estratégica de práticas discursivas e, assim como os poderes, se produzem em relação ao saber. Se a velhice “...pode ser vista como um domínio a ser conhecido e diferenciado, isto se deve a práticas e relações cada vez mais perspicazes de poder que, ao torná-la alvo, lança sobre ela (...) técnicas de saber e procedimentos cada vez mais ardilosos...” (ibidem, p.204).

Mas poder e saber não podem ser confundidos. Se o poder e sua resistência se produzem como condição de existência de forma contínua e desordenada, o saber é o que dá organicidade e sistematização a esse estado de agitação que é o poder. O saber é quem promove o encadeamento das linhas de força dando-lhes sentidos e ajustando-as em séries convergentes de modo a funcionar em conjunto. Noutras palavras, se as linhas de força são criações do acaso, caos em todo seu potencial criador, o saber, de forma intencional ou não, (im)põe ordem ao caos oferecendo-lhe sentidos, nem sempre coerentes, nem sempre lineares.

Deleuze (1991) afirma que, para Foucault, o eixo da constituição da subjetividade é aquele que permite aos outros dois, saber e poder, uma coadaptação por operar além ou

⁵ A autora se refere ao objeto de sua pesquisa que é o ser mãe e o dispositivo de maternidade. Em nosso caso o objeto é a velhice.

alguém destes permitindo a ambos tornarem-se móveis e voláteis em contínua inovação escapando da visão de uma sociedade estática e conspiratória, mas sem dúvida oportunista, pondo em circulação o sujeito que ela necessita para se manter sociedade.

Vemos surgir a temática da circulação e aqui podemos ler sociedade como Estado e sua razão, ou a racionalidade de Estado. Retomaremos mais adiante esta discussão de fundamental importância para compreender a produção de sujeitos, a condução dos homens e os efeitos de poder com um único fim: objetivo e imperativo – A conduta dos homens.

As linhas de subjetividade dizem respeito a como os indivíduos se subjetivam, se sujeitam ou são sujeitados, isto é, como apreendem⁶, para a constituição de si, um conjunto de regras, uma gramática, produzida e colocada em circulação no interior dos aparatos de visibilidade em movimento (Marcello, 2004). Aqui entram em cena as *tecnologias do eu* ou as *técnicas de si* identificadas por Foucault (1990, 1991, 1992) como movimentos, procedimentos ou pressupostos transcritos ao indivíduo para fixação, manutenção ou transformação de sua identidade em função de determinados fins. Ao crescente ordenamento, uma nomotética do cotidiano em todas as esferas sob o pretexto de promover o bem-estar dos indivíduos e das populações, Foucault (ibid) chamou de poder biotécnico, o biopoder. Uma estratégia sem dirigentes que a todos envolve e emaranha com a única finalidade de aumentar a ordem e o próprio poder.

Mas como já havia afirmado antes, tudo isso, linhas, curvas, regimes, criação, pedagogia, limites, não nos remetem a uma conspiração contra o sujeito-sujeitado. Trataremos em outro momento dessa questão, por ora me parece suficiente afirmar que a todo poder corresponde sua resistência, o que nos permite pensar os possíveis de transgressão, subversão, os exercícios de liberdade. Foucault (1990, 1991, 1992) afirma que os modos

⁶ Apreender: 1assimilar mentalmente, abarcar com profundidade; compreender, captar. 2 fazer apreensão de; apanhar, pegar. 3sentir grande preocupação; inquietar-se (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, edição eletrônica disponível em www.uol.com.br).

de subjetivação, que implicam efeitos sobre si mesmo, não são meras atuações passivas do sujeito. Neste sentido, as linhas de subjetivação indicariam também as linhas de fratura, de ruptura. Daí a idéia de preocupação, inquietude lançada pelo verbo apreender aqui citado.

As duas dimensões de um dispositivo que Foucault considera em primeiro lugar são as curvas (ou linhas) de visibilidade e as curvas (ou linhas) de enunciação, referindo-se ao dispositivo como uma máquina de fazer ver e fazer falar. Cada dispositivo tem seu próprio regime de luz: sendo assim, a visibilidade não se refere à luz em geral que ilumina objetos pré-existentes, é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis do próprio dispositivo fazendo “aparecer” esse ou aquele objeto que não existe sem ele. Visibilidade e enunciação compõem a dimensão do saber.

As linhas de força atravessam de ponta a ponta as curvas de visibilidade e enunciação estabelecendo um vai e vem entre o ver e o dizer, redimensionando-as, entrecruzando-as, rearranjando-as. As linhas de força se constituem na dimensão do poder.

O quarto componente do dispositivo são as linhas de fuga que escapam às precedentes, são as linhas de subjetivação que podem representar um “extremo limite” delineando a passagem de um dispositivo a outro, as linhas de fratura.

Segundo Foucault (2005), é preciso tomar os mecanismos positivos, produtores de saber, e segui-los nas suas condições de surgimento e de funcionamento, além de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber, constituindo sua economia política. Para realizar tal tarefa é necessário:

Dirigir-nos menos para uma ‘teoria’ do que para uma ‘análise do poder’: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo. (p. 80).

O “trabalho em terreno”, como refere Deleuze (1999), falando de Foucault, é, pois, dessemear as linhas do dispositivo, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas e buscar sujeitos ou objetos.

O dispositivo como objeto e ferramenta analítica foi um primeiro passo na direção para entender a velhice enquanto tal. Mas não me parecia que isto era o bastante. Não seria possível prescindir da arqueologia e da genealogia, embora não tenha realizado minha pesquisa a partir desses métodos de forma isolada. A pesquisa passou, pois, pela intersecção, sobreposição, superposição, cruzamento dessas propostas metodológicas apontadas por Dreyfus e Rabnow (1995) como uma “analítica interpretativa”.

Segundo estes autores, as ciências humanas se dividiram em duas reações radicais à fenomenologia, herdando de Kant a divisão sujeito/objeto, ao mesmo tempo em que buscaram superá-la: o estruturalismo e a hermenêutica. Ambas as reações recusam a noção husserliana de um sujeito transcendental doador de sentido. A posição estruturalista recusou tanto o sujeito quanto o objeto buscando as leis objetivas que governam toda a atividade humana. A hermenêutica abandona a idéia fenomenológica de sujeito doador de sentido, mas preserva a noção de sentido localizado nas práticas sociais e nos textos literários produzidos pelo homem.

Foucault transita tanto pelo estruturalismo quanto pela hermenêutica, mas escapa a ambos pela proposta da arqueologia e da genealogia. A partir da arqueologia, Foucault não está preocupado em analisar os discursos com bases em verdades e sentidos. Centra inicialmente sua análise nas chamadas ciências do homem e propõe tratar tudo o que é dito como um discurso-objeto. Mas do que o dito, ele está preocupado com o que chamou de ato de fala sério, ou seja, aquilo que é dito por peritos quando falam como peritos. Dessa forma, não mais como uma teoria das regras que governam os sistemas de práticas discursivas propostas pelos estruturalistas e inicialmente encampado por Foucault como projeto arqueológico mas como uma técnica, *“a arqueologia serve para isolar discursos-objetos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os*

discursos sérios das ciências humanas". (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. XXI). Noutras palavras, desfamiliarizar o familiar, estranhar o assimilado, ou, com Deleuze e no eco de sua "obra" eu diria, acolher o estranho e fazer da ciência a arte do estranhamento. Isto, por sua vez, permite a Foucault levantar questões genealógicas.

Ao longo dos anos 1970 Foucault centra suas análises em práticas, ainda que para as práticas discursivas⁷ questionando: como os discursos são portos em circulação? Que papel eles desempenham na sociedade?

Essas questões podem não fazer muito(s) sentido(s) ao leitor pouco acostumado à Foucault e Nietzsche a quem o conceito de genealogia é devido. Familiarizemo-nos, pois, para em seguida desfamiliarizarmo-nos.

De acordo com Deleuze (1976), o projeto geral de Nietzsche era introduzir na filosofia os conceitos de sentido e de valor para torná-la uma filosofia crítica. Intento que Kant não havia conseguido por não ter sabido pôr o problema nesses termos. Na filosofia crítica de Nietzsche, o "*problema é o valor dos valores, a avaliação da qual procede o valor deles, portanto, o problema de sua criação*". (ibid, p.1). Trata-se de referir todas as coisas e toda origem de alguma coisa a valores, mas também referir esses valores a alguma coisa que é sua origem e que decide sobre o seu valor. Eis a própria genealogia em Nietzsche, que nas palavras de Deleuze "quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores tanto quanto a seu caráter relativo ou utilitário. Genealogia significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre o valor destes. Genealogia quer dizer, portanto, origem ou nascimento, mas também diferença ou distância na origem (ibidem, p.2).

⁷ Por prática discursiva entende-se: "Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e uma, área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa". (Foucault, 1987, p. 136)

O segundo conceito a ser considerado na filosofia de Nietzsche é o conceito de sentido que remete à questão da interpretação ou, como diz Deleuze (1976), à arte da interpretação que em Nietzsche e Foucault está para além da hermenêutica. O sentido é sempre múltiplo, plural e jamais poderá ser encontrado se não soubermos sobre as forças que se apropriam da coisa, que a exploram ou nela se exprimem. Portanto, não se trata do sentido a ser descoberto, localizado, decifrado. O sentido estará sempre referido às forças e será, por um ato de apropriação violento ou sub-reptício, um ato de criação, um ato de interpretação. Portanto, interpretação aqui precisa ser entendida sempre como ato de criação e não de descoberta ou decifração.

Scarlett Marton (1985), chamando a atenção para as marcas que Nietzsche deixou no pensamento de Foucault, dentre outras cita o desinteresse pelas obras sistemáticas e o papel relevante da interpretação, concebendo-a como tarefa infinita, inacabada, referida a dois princípios: “*se ela não pode acabar, é porque não há nada a ser interpretado (todo interpretandum já é um interpretans)*”; e como ela não acaba, acha-se obrigada a voltar-se sobre si mesma (toda interpretação é levada a interpretar-se)” (Ibid, p.38).

Duas conseqüências decorrem desses princípios, segundo Marton: a interpretação não teria um termo de vencimento, como os signos, e não se ocuparia com o significado, mas indagaria quem interpretou. Ou seja, interpretar a interpretação partindo sempre da pergunta: quem interpretou ou quem fala? E de onde fala? Ou o que fala em quem fala?

Daí pensar, com Foucault (2009), sobre a especialização do discurso e o discurso do perito, do especialista. Os atos de fala sério, como diz ele. O que fala em quem fala sobre a velhice?

Em Foucault e a partir de Nietzsche, genealogia pode ser entendida como a análise da proveniência e a história da emergência. A proveniência não funda, não aponta para uma continuidade e nem é uma categoria de semelhança. Muito pelo contrário: busca marcas diferenciais, desvios, acidentes de

percurso, heterogeneidades. No discurso sobre a velhice enquanto objeto de estudos, podemos marcar como um primeiro acidente de percurso a segunda grande guerra e a dizimação em massa da população adulta masculina, como veremos adiante. E, embora cada vez mais se caminhe para unanimidades sobre a velhice, é comum encontrar nos atos de fala sérias posições contraditórias, desde a idade de início da velhice até os comportamentos esperados e desejados de seus protagonistas: o recolhimento como evitação de infelicidade e a atividade como ato de bem viver, como procedimento de felicidade, por exemplo, discussão essa que aparecerá nos capítulos próximos.

A emergência não trata de explicar algo dos antecedentes que o teriam tornado possível, mas trata de mostrar o ponto de seu surgimento, detectar certo estado de forças em que algo aparece. A emergência diz respeito à entrada em cena de forças.

Isto nos remete novamente à interpretação: nas palavras de Foucault, interpretar,

É se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si uma significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar num outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. (1992, p. 26).

No eco de Deleuze (1991), dobrar a linha de força seria criar regras auto-sugeridas para si próprio, regras facultativas diferentes das regras coercitivas da lei (poder) ou de formas determinadas da moral (saber). Criar um conjunto de regras optativas que sirvam para avaliar nossas ações segundo o modo de existência que implicam. Daí a afirmação de que são *“regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida”* (ibid, p. 123). Dobrar a força sobre si mesma, fazer a força afetar a si mesma, eis a subjetivação.

Foucault abandona o projeto inicial da arqueologia, o projeto de elaborar uma teoria das regras que governam os sistemas de práticas discursivas dissociadas de sua fundamentação social nos moldes dos estruturalismos, mas não incorpora a arqueologia resgatando a genealogia de Nietzsche. Da superposição de arqueologia e genealogia como método, Foucault faz a historiografia do presente a partir do que Dreyfus & Rabinow (1995) designam como Analítica Interpretativa, como já mencionado. Um caminho para fazer ver a dispersão, a complexidade, a contingência e superposição de práticas sociais sempre em termos locais, já apontado por Foucault, embora não com essa designação no discurso inaugural proferido no Collège de France, em 1970, intitulado “A ordem do discurso”, onde Foucault aborda a relação da genealogia com a arqueologia, temática assim destacada por Dreyfus & Rabinow (1995):

As descrições críticas e as descrições genealógicas devem se alternar, apoiarem-se umas nas outras e complementarem-se. A parte crítica da análise se prende ao sistema de encobrimento do discurso; ela tenta assinalar, limitar os princípios de ordenamento, exclusão e raridade do discurso. (...) A parte genealógica da análise se prende, em troca, às séries de formação efetiva do discurso: ela tenta alcançar com seu poder de afirmação, e eu entendo por isso não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais poderemos afirmar ou negar as proposições verdadeiras ou falsas. (p.117).

Há, portanto, uma complementaridade entre a raridade dos enunciados (arqueologia) e a efetiva formação do discurso pelas práticas não-discursivas (genealogia).

É neste contexto, sob o pano de fundo das invenções, na esteira da radical desnaturalização do social, parafraseando Nietzsche, “para além do bem e do mal”, na “transvaloração dos valores”, que apresento minha questão de pesquisa. Adoto a posição de que os sujeitos são efeitos do discurso, ou melhor,

das formações discursivas que emergem em meio a jogos de verdades em constante atualização no tempo.

Que sujeitos emergem dos jogos de verdades postos em circulação pelo discurso científico, típico dos anos 50 do século passado e que designamos velhos?

Posso adiantar que três conceitos distintos, articulados e usualmente utilizados indistintamente, são componentes importantes desses jogos de verdades na formação discursiva da experiência do envelhecendo: o conceito de velhice, a experiência do envelhecer e o estar velho, os quais, no meu entender, não são sinônimos, nem se constituem como substantivo, verbo e adjetivo pertencentes ao mesmo campo semântico, são já o resultado do Dispositivo.

Buscarei dar, nos capítulos que compõem esta tese, visibilidade às condições de possibilidades para a emergência da velhice como objeto de estudo da(s) ciência(s). Apresentarei a velhice como um Dispositivo, pois entendo que estes três conceitos não pertencem ao mesmo campo semântico, diferenciando-se a velhice do envelhecendo ou do ser velho.

CAPÍTULO II

Um Convite ao Non-Sense

Para a leitura desta tese penso ser importante chamar a atenção do leitor para um necessário esforço, - para muitos quase fatigante, para outros ameaçador de sua própria identidade - para constituir um olhar para além do “atrator”⁸, um esforço para abandonar a inércia do movimento zero⁹ para embarcar em uma viagem um tanto insólita e talvez só minha. Portanto, peço a delicadeza de ler este escrito como a narrativa de uma viagem, sem a necessária disposição de viajarmos juntos.

Em *O Nascimento da Clínica* (2001), Foucault, falando sobre o olhar clínico da decifração, o qual será substituído pela pureza do olhar clínico que apenas observa, diz que: “*Quando abandonar os seus velhos parentescos o olhar poderá se abrir ao nível das coisas e das idades...*” (p. 71?)

É neste esforço, como já mencionado anteriormente, que chamo a atenção inicialmente para três conceitos que uso de maneira bastante distinta da usual: velho, envelhecimento e velhice. Tais conceitos não se referem ao mesmo processo e nem ao mesmo objeto. O velho é um ser concreto, pessoa de certa idade, variável, com sua materialidade histórica, social, política, econômico-financeira, filho, pai, trabalhador, desempregado, rico, pobre, miserável... Velho, portanto, é um conceito que diz respeito única e exclusivamente a **uma** pessoa humana, de carne e osso, com todas as suas vivências particularizantes, alegrias, tristezas, dores, amores e sabores. Não temos o velho cachorro, o velho gato, a não ser como

⁸ “...todo atrator é, de qualquer modo, uma alteração do olho. É um fazer-se olho, um fazer-se olhar que – fazendo-se coisa-que-vê – se assimila à relação processual ligada aos fetichismos visuais” (Canevacci, 2008 p.28)

⁹ “O atrator anula temporariamente o movimento do olho exercendo um poder que une o olhar e a coisa e que determina os novos cursos dos fetichismos visuais difundidos na metrópole comunicacional” (Canevacci, 2008 p.16)

metáfora quando referida ao velho pessoa. Até à morte o cachorro continuará cachorro, o gato continuará gato, mas o homem se tornará o velho, o idoso. Portanto, o velho é uma figura concreta, uma personagem no grande teatro, na tragédia da existência humana.

O envelhecimento, por sua vez, pode-se conceber como um processo de transformação biológica que diz respeito a qualquer organismo vivo e que no contexto do humano deve-se acrescentar as dimensões menos valorizadas do psicológico e do social atravessados pelo econômico, e ainda o campo da experiência.

Finalmente, considero a velhice, um “aparato” humano, demasiado humano, como diria Nietzsche (2000), ou uma máquina de agenciamentos, como disse Deleuze (1999). A velhice é um dispositivo, digo eu, evocando Foucault, posto que diz respeito a modos de subjetivação-objetivação, a processos de humanização, de hominização, jogos de verdade, relações de poder e força. Uma máquina de fazer ver e de fazer falar, uma máquina positivadora.

Podemos então pensar a velhice pertencente ao campo dos grandes enunciados que, neste caso, captura as pessoas com 60 anos e mais, mesmo que não se tenha consenso sobre quando ela começa, e que varia de país para país e mesmo internamente. A velhice conceito é determinada, em grande medida, juridicamente. Fala-se em 60, 65 e já se começa a discutir a elevação deste patamar, mas isto não é um problema, ao contrário, é um mérito do dispositivo movente que se vale de contradições, de flexibilizações, de dúvidas, etc. As tecnologias de poder não cessam de se modificar sob a ação de numerosos fatores.

O envelhecer por sua vez é de outra ordem, pertence a outro campo semântico: é da ordem do existir, da ordem da experiência. Envelhecer é um processo que se dá desde o nascimento até a morte, em qualquer idade, circunscrito, em nossos dias e não por acaso à dimensão super valorizada dos processos biológicos, embora não se restrinja a este. Importante

ressaltar que, embora a gerontologia seja definida como o estudo do envelhecimento dos organismos vivos, a velhice é um fenômeno tipicamente humano.

Se o envelhecimento é o tempo da idade que avança, um processo irreversível inscrito no corpo¹⁰ e que diz respeito a qualquer organismo vivo, a velhice poderia também ser entendida como modos do existir que dizem respeito à singularidades e que não está vinculado às idades, mas a experimentações da existência. Nesse sentido, não poderia ser compreendida fora das condições concretas de sua criação, o que também não se quer marcar com isso que a velhice seja um estado de espírito. Antecipando-me mais uma vez, são essas condições, as de visibilidade e de enunciação que busquei fazer emergir.

Quanto ao ser velho, ao estar velho, o conceito e a condição nos remetem à singularidade de um período histórico que parece negar e/ou não reconhecer a existência de desejos/vontades diferenciados e diferenciadores, emergentes na longevidade. Aliás, não só o período histórico em que vivemos nega a existência de desejos/vontades diferenciados e diferenciadores como, em se tratando da velhice, nega a existência de desejos propondo uma espécie de massa amorfa, assexuada ou quando muito uma nova categoria de consumidor de bens e serviços.

Mesmo com a mudança da imagem do velho a partir dos anos 80 (Debert, 2003), o desejo do velho parece não passar de uma “brincadeira de criança”, “pura”, ingênua, um brincar de, um exercício de imitação. As excursões a destinos turísticos, muitos religiosos, se dão, com frequência, em um ônibus à lá Barbie, identificado – “melhor idade”. Só falta o adesivo no pára-brisa traseiro: “idoso a bordo”. O baile é o da terceira idade, as 3 da

¹⁰ Não podemos esquecer que propor a vida em termos de “avanço” no tempo e o tempo em termos de idade é já uma questão a ser problematizada, haja vista que inúmeras sociedades não se organizaram a partir desse parâmetro, bem como, no que se refere ao humano, o próprio conceito de corpo precisa ser também problematizado, e tem sido por inúmeros autores, dentre os quais Nietzsche, Foucault, Deleuze.

tarde. Tem o bloco de carnaval da terceira idade, o concurso da mais bela idosa, na matinê dominical, o baile de debutantes para idosas. É o grande “show de Truman”¹¹, tudo real e tudo absolutamente fictício, menos para Truman e para o “velho capturado”. Tudo parece não passar de uma cópia imperfeita, ou seria perfeita, da realidade adulta, da qual o velho um dia já fez parte, mas “esqueceu” ofuscado pelo brilho intenso fora da caverna. Agora ele é a caricatura do real, num cenário real da ficção – ônibus, universidade, baile, desfile, concurso de beleza, grupo de vivência, empacotador de supermercado. Um arremedo entre o infantil e o adulto.

Por essas e outras, vejo no filme “Copacabana”, de Carla Camurati, uma obra prima do cinema brasileiro, de grande sensibilidade, uma ode à vida polifônica, em um terno tributo ao Bairro carioca Copacabana. Carla mostra, por meio de suas personagens, a transformação do bairro via transformação de seus moradores. Um misto de ficção e documentário, mesclando imagens antigas e contemporâneas, o filme se desenrola às voltas de/com um grupo de homens e mulheres com mais de 70 anos e que estão longe de se constituírem em um grupo de terceira idade.

O ápice do filme é a festa de aniversário de 90 anos de Alberto que dizia que com essa idade era difícil olhar para frente e ver um futuro alegre, e que cada vez que olhava para frente via uma memória distante. Desdenhando de seu aniversário, dizia que nonagésimo nem parecia data de aniversário, parecia mais remédio para dor muscular. Referindo-se à irmã adotiva, Alberto dizia: *“ela era meu espelho nesse mundo inconstante”*. E falando sobre os amigos: *(...) em nossos relógios o mesmo velho tempo, mas nem sempre usávamos a mesma gramática...quando da minha festa de aniversário, contrariando minha vontade, mas contemplando minhas expectativas estavam todos, todos os que interessavam...”* Todos os que interessavam, não o que as normas tinham juntado.

¹¹ Filme de Peter Weir de 1998 com Jim Carrey, Ed Harris e Laura Linney.

Em outra ocasião, Alberto se dizia, como narrador de sua própria história, após um episódio amnésico erótico: *“O que não faz a memória viril de um velho... extasiado com a lembrança do primeiro gozo pensava apenas no desejo que não adormece, apenas cochila...”* Enquanto Alberto mergulhava em suas lembranças, outra personagem dizia: *“A vantagem de ter ficado velho é ter vivido todas as épocas, inclusive essa...”* ironizando a própria velhice, é claro, assim como Woody Allen que disse recentemente ao lançar seu último filme em Cannes¹²: *“Acho que é um mau negócio. Você não fica mais esperto, não fica mais sábio, não fica mais doce ou mais amável. Nada acontece de fato. Suas costas doem mais, você tem mais indigestão, sua visão não é boa, você precisa de ajuda para escutar. É um mau negócio ficar velho e eu aconselharia vocês a não fazerem isso.”*

Voltando ao filme Copacabana, em meio a uma festa regada a champagne e gargalhadas Alberto fala: *“Se eu soubesse que fazer noventa anos era assim, eu teria feito noventa anos todos os noventa anos de minha vida”.*

O filme é a história cotidiana de um bairro e das pessoas que o habitam. Pessoas com muita idade, como disse recentemente em entrevista para um jornal catarinense, Fernanda Montenegro no auge de seus 80 anos, quando perguntada sobre o que é envelhecer: *“Não sei, não sei, Há dias em que estou muito velha. Há dias em que estou uma adolescente. Há dias em que os pés doem, os artelhos doem muito. É claro que tenho que usar óculos nessa idade, mas tem muita gente moça que usa, não tem? Talvez eu esteja, não sei, parece que não, perdendo a audição perfeita. Mas tem gente moça que não ouve bem. Há uma gama de falências na dita velhice que tem gente que não é velha e tem. Por enquanto, me sinto inteira”* ¹³.

É isso! Inteiros, “por enquanto”, “sempre”, Alberto, Allen, Fernanda. Sem perdas, sem ganhos. O existir, o viver não é uma

¹² <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/05/woody-allen-lanca-filme-em-cannes-e-faz-piada-sobre-velhice-1.html>

¹³ (Diário Catarinense, 17-05-2010, p, 3 cad.Variedades).

corrida no tempo ou contra o tempo. Não é uma batalha com o concorrente, nem consigo mesmo. Está-se inteiro, ainda que alquebrado, em algum lugar no tempo e no tempo do lugar, na sua época, que de tanto dizerem que não é sua, se flagra perguntando a si mesmo: “Passei?”.

Voltemos ao dispositivo. Se o envelhecimento é o esvaziamento da vitalidade, a velhice é o seu vazio. A aposentadoria, tal como é vivida - cada vez mais dilatada em termos de idade e tempo de contribuição previdenciária -, a passagem à desvitalização, um procedimento de esvaziamento, de esfacelamento do poder de revolta. Uma estratégia de esmorecimento das forças inventivas, tragadas, canalizadas e moldadas durante toda uma vida. Não é de se estranhar que o famoso discurso “velho é o outro” apareça com tanta freqüência na fala cotidiana das pessoas. A gerontologia o entende como recusa à natureza, cada vez mais colorizada por computador, para ser transformada na melhor idade. Entendo, junto com Foucault e Deleuze tal discurso como resistência, resistência à captura, como contra-poder. Portanto, quando digo “velho é o outro”, não estou dizendo que não sinto dores, que não estou mais lento que outrora, que não estou mais cego que nunca, mas que não me reconheço nas regras anônimas, e nem tanto, dessa formação discursiva.

CAPÍTULO III

Sobre a Velhice

Minha intenção nesta tese não foi a de escrever uma história da velhice e tampouco a de resenhar e/ou criticar os que a fizeram, embora concorde com Simone de Beauvoir (1990) que não seja possível fazer uma história da velhice, a não ser no século XX, dentre outras razões, pela inexistência do objeto em outros tempos. Tampouco quero discorrer sobre a origem do objeto em questão. O fato é que, assim como a infância, tal objeto não existia até um dado momento da história.

Em a “História Social da Criança e da Família” (1981), Ariès afirma a inexistência do infantil em período anterior a modernidade, ainda que o bicho homem sempre tenha nascido pequeno e crescido os que sobreviviam, é claro. O fato é que aparecer com sua especificidade de infantil - ou seja, dentre outras características, deficiente, inacabado, dependente, demoníaco, inocente, frágil, e acima de tudo educável - teve tempo marcado. Foucault (2009) diz que nessa época, século XVI, na era das condutas, na era das direções, na era dos governos, há um problema que ganha uma,

Intensidade maior ainda que os outros, provavelmente porque estava no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo. É o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é esse problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas no século XVI. A utopia fundamental, o cristal, o

prisma através do qual os problemas de condução são percebidos é o da instituição das crianças. (p.310)

Assim também, entendo, aconteceu com a velhice. Muito embora se tenha relatos sobre pessoas com muitos anos desde sempre, como já citado anteriormente, a velhice com sua especificidade de objeto de interesse e estudos é datada do século XX. A velhice é uma invenção útil e necessária¹⁴.

Peixoto (1998) em um artigo intitulado “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...” traz para análise o caso francês e o compara ao brasileiro, dizendo que o tema a respeito do envelhecimento desperta o interesse dos franceses há tempos. Refere que em 1748 a marquesa de Lambert escrevera um guia para mulheres envelhecidas exortando a paz e a piedade como elementos fundamentais para uma velhice tranqüila e em 1822, a baronesa de Maussion, indicava que para se ter uma boa velhice era preciso além da piedade e da paz a manutenção das relações sociais entre jovens e velhos. Aí a sociabilidade já aparece como elemento principal do envelhecimento. Peixoto (1998) afirma ainda que foi só no século XIX que os franceses passaram a dar à velhice um tratamento social ao distinguirem os velhos dos mendigos internados nos “depósitos de velhos”¹⁵ e nos asilos públicos. A questão da velhice neste período se impunha essencialmente para caracterizar as pessoas que não podiam se sustentar financeiramente, o chamado indivíduo despossuído, o indigente. Diferentemente, as pessoas com patrimônio, os patriarcas, os que detinham posição social, administravam seus bens desfrutavam de respeito independente da idade não se caracterizando como velhos. Velho ou velhote era aquele que não detinha estatuto social. O Patriarca, o senhor proprietário, aquele que possuía e administrava seus bens, quando passou a

¹⁴ Voltarei a este tema em outro momento.

¹⁵ As aspas são da autora

receber alguma designação neste sentido foi designado idoso¹⁶. A expressão idoso aparece então para diferenciar o pobre do abastado e não para caracterizar um fenômeno demográfico e sua natureza.

Sendo assim, segundo Peixoto (1998), até o século XIX na França, a velhice só existia para os que só tendo a força de trabalho para vender, eram definidos como velhos quando esta força diminuía ou era esgotada. A velhice do trabalhador estava vinculada, portanto, à invalidez ou incapacidade de produzir. No final do século XIX, mais da metade da população urbana francesa de mais de 60 anos não possuía pensão nem salário e foi exatamente nesta época que 40% dos asilos foram construídos, contra 26,5% antes de 1800, 23,3% entre 1900 e 1944 e 9,3% entre 1945 e 1970.

Foi só no século XX que a velhice como categoria/objeto mereceu interesse das ciências sociais francesas. No Brasil, o interesse do poder público e das políticas sociais aparecem apenas na segunda metade do século passado, a exemplo dos Estados Unidos e Europa. É sobretudo depois dos anos 60 que proliferam as pesquisas e os estudos sobre a velhice (Debert, 1999 p.42). Importante assinalar que as pesquisas da época apontam para uma experiência homogeneizante da velhice a ponto de anularem as diferenças individuais, étnicas, raciais ou de classe. Sob esta base fundou-se a gerontologia como campo específico de estudos. Duas grandes teorias dominam os enfoques neste campo: a teoria da atividade e a teoria do desengajamento. Em comum, essas teorias apresentam a velhice a partir do que lhe falta, sendo definida como perda de papéis sociais. Como características específicas a primeira entende que uma velhice feliz depende da realização de atividades compensatórias permanecendo ativos. A segunda vê no desengajamento voluntário das atividades a chave do envelhecimento bem-sucedido (Debert, 1999).

¹⁶ Em uma nota de rodapé à página 73, Peixoto refere que tudo leva a crer que nos EUA, os termos velho e idoso eram empregados de forma semelhante para diferenciar cada grupo social a exemplo da França.

Embora a discussão nos termos apresentados seja questionada contemporaneamente no que diz respeito à ocupação do cenário principal, Debert (1999) afirma que, ainda que as discussões tenham se complexificado, a ambigüidade continua marcando o debate. Por um lado, a discussão aponta para a pauperização e abandono a que é relegado o velho, que é sobretudo a família que arca com o peso dessa situação, por força de lei inclusive, como determina o Estatuto do Idoso. Por outro lado, esse modelo seria criticado porque, sem pretender, estaria alimentando os estereótipos da velhice como período de retraimento em face da doença e da pobreza, resultando numa situação de dependência e passividade legitimadora das políticas públicas baseadas na concepção do velho como ser doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. A contrapartida seria, portanto, a apresentação de uma concepção do idoso como um ser ativo, original, responsivo de modo criativo aos desafios enfrentados. Este segundo discurso, também sem pretender, afirma Debert (1999), acaba fazendo coro com os interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser adiada eternamente através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. A dietética do bem viver para o bem envelhecer. Ou seria para não envelhecer?

Após a segunda guerra mundial, com o agravamento das condições de vida, a população envelhecida francesa beira a indigência. Entre 1945 e 1960 a França passa por uma revisão fundamental nas políticas sociais e a administração da velhice baseada na exclusão dá lugar a uma proposta de integração que, no entanto, se sustenta, paradoxalmente em medidas segregacionistas como a criação de casas para velhos.

Mas a França, diz Peixoto (1998), está determinada a transformar o retrato preto-e-branco da velhice decadente tomando o colorido de uma velhice associada à arte de bem viver pela privatização da arte de bem envelhecer com um convite à autonomia, ao dinamismo próprio das capacidades individuais.

Criou-se em decorrência um novo vocabulário para designar “respeitosamente” a nova realidade: a terceira idade.

Contudo, a invenção da terceira idade, a chamada designação respeitosa a esta nova realidade, a este novo aspecto do ciclo da vida, como é chamado, não é fruto da universalização do aumento de pessoas com muita idade e do respeito a estas. O que se observa é a universalização,

Dos sistemas de aposentadoria e do conseqüente surgimento de instituições e agentes especializados no tratamento da velhice, e que prescrevem a esse grupo etário maior vigilância alimentar e exercícios físicos, mas também necessidades culturais, sociais e psicológicas. (Peixoto, p. 76).

No Brasil, de acordo com Peixoto (1998), esse processo de novas designações, novos vocabulários e tratamento e o que daí decorre foi semelhante ao da França, mas só nos anos 60 quando o objeto velhice entrou na cena brasileira, portanto bem recentemente.

Mas uma diferença a ser ressaltada em relação à França é que, no Brasil, o termo “velho”, em geral, não possuía a conotação pejorativa como naquele país, pois expressava uma forma afetiva, ainda que por vezes negativa, discernida pela tonalidade e contexto em que era utilizado.

Os documentos oficiais brasileiros publicados até os anos 60, segundo Peixoto (1998), denominavam as pessoas envelhecidas simplesmente velhas. Em um texto do Instituto Nacional de Previdência Social que recomenda a concentração dos recursos no atendimento a doenças da infância e adultos jovens justificado pela preponderância de uma população jovem e do elevado índice de doenças de massa aparece a seguinte frase: “A assistência ao velho, é forçoso reconhecer, deve aguardar melhores dias”. (p.77)

Após esse período, sob os ecos da Europa, o termo velho é banido dos documentos oficiais dando lugar ao termo idoso, embora na vida cotidiana, no mínimo a ambigüidade dos termos continuavam a deixar suas marcas como nas expressões: “Casa de repouso para idosos” e “Lar para a velhice”. Casa ou residência para idosos e pertencentes às camadas mais favorecidas e lar ou asilo para velhos e pobres.

Segundo Peixoto (1998), com a criação da aposentadoria¹⁷ o chamado ciclo da vida foi reestruturado, estabelecendo-se três grandes etapas; a infância e adolescência, tempo de formação; a idade adulta, tempo de produção; e a velhice, idade do repouso, tempo do não-trabalho.

Assim como Peixoto (1998), também Motta (1998), afirma que só nos anos 60 o tema da velhice e do envelhecimento passa a ser tratado pelas ciências sociais, começando a ter visibilidade, no entanto, apenas nos anos 80. A autora afirma também que o descaso a que são submetidos os idosos na sociedade contemporânea é base do desinteresse que sempre tiveram por eles as ciências humanas. “Não tendo um lugar social, também não tinham um lugar teórico” (p.224)

Desconheço texto sobre a temática que não comece com o discurso do crescimento demográfico, decréscimo da natalidade, avanço sanitário, etc, etc, ou ao menos em dado momento não faça referencia a estas questões. Mas embora tudo isso não possa ser negado e precise ser considerado, não é suficiente para explicar a mudança no quadro e o interesse e visibilidade, quase repentinos, dados à velhice e ao velho.

¹⁷ “Com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social em 1960, a previdência social, organizada em cinco grandes institutos e uma caixa, elevada também à condição de instituto, passou a abranger a quase totalidade dos trabalhadores urbanos brasileiros. Em 1966, todas as instituições previdenciárias foram unificadas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi desdobrado e criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social, que passou a ter todas as atribuições referentes à previdência social. O INPS ficou responsável pela concessão de benefícios, assim como pela readaptação profissional e amparo aos idosos. (http://www.renascerebrasil.com.br/f_aposentadoria2.htm)

Se o aumento dos velhos em número precisa e deve ser considerado, não se pode negligenciar que, ao menos no Brasil, mas entendo que não só, o despertar do interesse pela temática tem um forte componente político-econômico. Como diz Foucault (2009), o que comanda a história de uma instituição não é o fracasso e o sucesso de sua funcionalidade, mas o lugar que ocupa em termos de estratégias e táticas no Estado de governo.

Motta (1998), refere-se da seguinte maneira à questão, apontando um dos fatores favoráveis à visibilização da velhice:

A capacidade inesperada de mobilização e de luta política demonstrada, ainda recentemente, pelas associações e federações de aposentados, principalmente no auge da reivindicação do pagamento dos 147% devidos pela Previdência Social. Essa mobilização foi objeto de constante noticiário e de registros que considero históricos por parte da imprensa da época, (...), no sentido de que a vanguarda política do país naquele momento era constituída de idosos¹⁸. (p.224)

Motta (1998) citando análise realizada por Lénoir (1979:57)¹⁹ a respeito da invenção do termo “terceira idade”, diz: “Invenção capitalista, para discutir e justificar uma nova gestão da vida dos velhos trabalhadores, os sem-herança ou patrimônio, na fase final de ‘inutilidade’. Sem demora, a classificação se estenderia à classe média” (p.225)

O tema entra na “moda”: seminários, audiências, políticas públicas, leis municipais, estaduais e federais se multiplicam para tratar desse seguimento social em franco processo de expansão, agora denominado terceira idade. Os discursos do

¹⁸ Em 27 de outubro de 1991 foi convocada uma assembléia entre aposentados e pensionistas tendo reunido mais de 3 mil pessoas. O Supremo Tribunal Federal decidiu em favor dos aposentados e pensionista pelo pagamento em 12 parcelas tendo a última vencido em outubro de 1993.

¹⁹ Não tive acesso a obra de Lénoir....

que fazer com tamanha população “inativa” sem sobrecarregar a população ativa e o Estado se proliferam, mas o que esta nação de “inúteis” pensa, como vive, o que deseja continua em segundo plano, ou melhor, como plano de segunda.

Neste quadro é crucial o processo que Debert (1999b) chama de privatização da velhice, um processo de autoconvencimento que adjudica aos indivíduos toda responsabilidade pelos problemas que possam estar enfrentando como velhos e que são, em sua maioria, de caráter social e cultural, como as limitações econômicas decorrentes de baixas aposentadorias e a exclusão dos espaços de participação. Não esqueçamos dessa exclusão pela inclusão em espaços específicos e muito bem delimitados conhecidos lugares da terceira idade (grupos, atividades, universidades).

Na chamada nova realidade demográfica, o grupo da terceira idade é caracterizado por uma velhice ativa mas direcionada ao consumo, com destaque para o lazer e auto-desenvolvimento. Este investimento do capital dificulta à pessoa, velho ou jovem, a percepção de que pode lutar por seus direitos de cidadania, muito rapidamente reduzida à posse de uma carteira de identidade. Mais uma vez a função estratégica e tática de uma instituição, da instituição velhice agora ativa e que só pode ser ativa se saudável. A saúde não é mais um meio para se viver mais e melhor, mas o fim a ser alcançado. Uma tecnologia centrada na regulação de hábitos normalizando comportamentos de indivíduos e coletividades com vistas a um fim. A gestão da população, em nosso caso especificamente, a população idosa.²⁰

Busquei até aqui situar meu objeto de estudo: a velhice como invenção e invenção recente. Mas não somente uma invenção social, como lugar social a ser ocupado por uma ‘categoria’ crescente. Busquei situar o objeto para escrever uma história do presente. E como diz Dreyfus e Rabinow (1995), isto,

²⁰ Tornaremos a esse tema mais adiante.

Começa de forma explícita e auto-reflexiva com um diagnóstico da situação atual. [...] [Trata-se de localizar] as manifestações agudas de um “ritual meticuloso de poder” particular ou de uma “tecnologia política do corpo” para ver onde surgiu, tomou forma, ganhou importância etc. [...] [É o que Foucault fez em a História da Sexualidade isolando] a confissão como um importante ritual de poder numa tecnologia específica do corpo que foi forjada. Trata-se aí da genealogia, portanto, não encontraremos uma unidade simples de sentido ou função, nem uma significação imutável. (p. 132).

Não se trata, pois, de fazer uma história da velhice e seus significados, ou como gostam nossos bem intencionados acadêmicos, suas representações sociais, mas de perceber a velhice-dispositivo como um componente importante do mundo contemporâneo.

Não pretendo discutir acerca das críticas aos autores da velhice e sobre a consistência ou não do que escreveram, se datas estão ou não corretas ou se foi mais cedo ou mais tarde. Penso que o importante, nesse momento, seja marcar que entre muitos desses críticos e criticados parece haver, ao menos, um consenso, juntamente com os escritores da infância e do infantil, qual seja: as idades do homem ocidental moderno são datadas e recentes. Então, sem pretender fazer uma historiografia da infância ou da velhice, vou neste momento me aproveitar da tese muito bem escrita de Corazza (1998), a quem recorrerei algumas vezes mais, e juntamente com Michel Foucault defender a idéia da não existência de um progresso natural no desenvolvimento humano. Ou seja, não vou discorrer sobre os caminhos da invenção social, mas vou partir de tal afirmação, a da invenção para mostrar o dispositivo da invenção inventada. Ou como diz Benevides de Barros (2002) “...toda a realidade é artifício, é uma configuração formal que faz ver e falar certos modos de sentir, agir e pensar que são constituídos no confronto de forças sócio-histórico-políticas” (p.115).

Corazza (1998), nos mostra que mesmo quando alguns autores tentam provar o equívoco da tese de Ariès (1981), um dos defensores da tese da invenção da infância, o que conseguem é justamente o contrário diz a autora, que embora o trabalho de Tucker (1995) devesse ser um dos dez que buscavam comprovar a inadequação da tese de Ariès, reafirma que a repetição constante de certos provérbios devia acentuar na criança da época *“a impressão de que ela contava pouco e de que a infância era um estado que era preciso suportar em lugar de gozar dele”* (Tucker 1995, p. 256, *apud* Corazza 1998, p.321). Esta é também a maneira como o estudo dirigido por DeMause procura “o infantil”: lá onde ele ainda não “existia”, como derivado do dispositivo de infantilidade, sob a alegação de que o que faltava aos pais de outras épocas não era a “capacidade de amar” os sujeitos infantis e sim a “maturidade afetiva” para vê-los “como uma pessoa distinta” de si mesmos. (*ibid*)

A autora ainda acrescenta em uma nota de rodapé que a afirmação de DeMause é sintomática da própria ambivalência de sua proposta. Por um lado, atribui significações contemporâneas a personagens e condições do passado próprias do “presentismo”, esse modo de tomar do presente a significação, o sentimento, a identidade, a subjetividade, o conceito, as práticas e encontrar paralelos no passado, e também próprias do finalismo, essa busca da origem, da semente, das verdades do infantil do presente em algum ponto do passado dos quais o presente seria o ponto máximo do desenvolvimento sucedido aceitando, ainda que de forma cifrada, a tese que contesta, ou seja, aceitando a tese de Ariès.

CAPÍTULO IV

Velhice e Não Trabalho

Os referenciais teóricos sobre o envelhecimento das últimas décadas, em larga escala, como aponta Neri (1995), têm se pautado no envelhecimento como simples declínio biológico associado à idade que, quando muito, torna-se um problema de saúde pública ou da alçada do bem estar social nos moldes da psicologia do desenvolvimento. Esta perspectiva é apresentada na obras de H.L. Hollingwoth (1927), Sidney Pressey (1939), Charlotte Bühler (1933) e reafirmada a partir dos anos 50, com o aparecimento da psicologia do envelhecimento, com as obras de Goulet (1970) e Baltes (1970). Com a mudança da imagem da velhice nos anos 80 (Debert, 2003), introduziu-se uma dimensão psicossocial, que entendo como apenas coadjuvante na premissa biologicista.

Instituições ligadas ao trato do velho, tendo na gerontologia e na geriatria suas grandes aliadas, têm proposto um conjunto de saberes e práticas sobre o envelhecer e a velhice pela via da biologização, como um problema individual, e apontado a solução deste problema pelo viés da "educação para a velhice", a partir da "aprendizagem da arte do bem envelhecer".

Importante assinalar que a "aprendizagem da arte de bem envelhecer" e a "educação para a velhice" propostas fazem parte da sistematização doutrinária e abstrata de constituição dessa realidade, como refere Haddad (1986). Nestas propostas a velhice é considerada de modo independente das condições de existência da pessoa que envelhece. Esse conjunto de conhecimentos, esta proposta de "aprendizagem da arte de bem envelhecer" e "educação para a velhice" – muito bem executada nestes lugares de "acolhimento" de pessoas dispostas a velhice, e que aceitam pessoas desde 40 anos, muito bem executada em muitos destes cursos de preparação para aposentadoria - põe em relação causal as representações sobre a velhice e as soluções para seus males. Isto é, afirma que a velhice é boa e a

“boa velhice” é só uma questão de educação, de aprender a ser velho-bom.

A aprendizagem do ser, aprendizagem de ser, aprendizagem para ser, não é algo novo: desde o século XVIII, com o advento das novas tecnologias do poder, as biotecnologias, uma nova dimensão da arte de ensinar a ser ganhou uma importância privilegiada. Desde aí podemos afirmar que a arte de aprender a ser velho faz parte das estratégias e táticas da arte de aprender a ser: ser criança, ser adolescente, ser adulto e finalmente ser velho. Acrescentemos a cada um desses adjetivos a expressão bom. A boa criança, o bom adolescente - rebelde é claro -, o bom adulto - casado, empregado, registrado, endividado -, o bom velho, recolhido ou ativo. Não é à toa que os moralistas têm se inflamado em discursos contra a frouxidão do Estado que não da conta da boa educação de uma população fora de controle. Crianças que não estudam, adolescentes que agredem professores, jovens adultos que assaltam à luz do dia, velhos que...ah, os velhos estão sob controle, registrados, classificados, esquadrinhados, enquadrados e guardados. Não se tem clareza sobre o que é a velhice, quando ela começa, se começa, mas já temos problema e solução. Eis um bom indicativo em direção aos jogos de verdades tão necessários ao dispositivo.

Documentos oficiais, como o Estatuto do Idoso, saberes científicos ou o discurso da sociedade civil tem partido, com bastante freqüência, do princípio que o comportamento do velho é deficiente, e por isso mesmo merecedor de tutela, e que esse "comportamento deficiente" é fruto do natural declínio biológico associado à idade que acompanha, naturalmente, o envelhecimento. É esta concepção que está na base da especificação compulsória do fim da vida produtiva aos sessenta e cinco anos de idade, até bem pouco tempo defendida por uma parcela da gerontologia. Ou a volta do velho ao trabalho como forma de solução para os seus males, defendida por outra parcela da gerontologia: males como solidão, depressão e doenças degenerativas em geral, que julgam ser fruto da ausência do trabalho. Aqui, experiências psicossociais se misturam a doenças físicas (degenerativas) tendo como causa a

ausência de sentido muito rapidamente confundida com falta de trabalho. A falácia do trabalho como solução para todos os males.

O que esses discursos não levam em conta, por um lado, são os fatores sociais, econômicos, culturais e demográficos que, em parte, determinam o próprio declínio biológico; e, por outro lado, que, se homens adoecem, se ficam deprimidos ao se aposentarem, não é necessariamente porque o trabalho lhes dava sentido à vida, mas porque era, neste modo de produção em que nos encontramos, o aspecto significativo, que ainda lhes fazia algum sentido, haja vista que dedicaram toda a vida a este aspecto do viver, sem tempo, disposição ou recursos para outros investimentos. Além, é claro, do fato que a aposentadoria representa o rito de passagem à velhice devoradora das forças vitais, como já mencionado.

Na sociedade industrial, uns dos valores sociais de grande veneração, articulado ao emprego, foi o trabalho, um dispositivo de objetivação/subjetivação. Faz parte deste dispositivo o mascaramento da dimensão estruturante de modos do viver, naturalizando o acesso ao trabalho como condição de dignificação da existência. O trabalho é, também, sem dúvida, um dos dispositivos de subjetivação que acaba produzindo não só o indivíduo que a produção industrial necessita, mas o sujeito necessário a dada sociedade.

Neste contexto, teorias do envelhecimento e da velhice, de cunho biologizante, têm se prestado a mascarar as condições concretas de sujeitamento, têm tomado o comportamento do velho como deficiente, mas não têm inscrito e explicitado esta deficiência na correlação de forças a que ela está sujeita. Um comportamento deficiente é sempre deficiente em relação a algum parâmetro. O comportamento do velho é deficiente para quê? Ou em relação a quê? É deficiente porque os movimentos se tornaram mais lentos e já não acompanham as demais engrenagens menos desgastadas da "máquina" industrial e das máquinas da sociedade "pós-industrial", designada por Canevacci (2008) de metrópole comunicacional.

Então, se velhice é sinônimo de deficiência, lentidão, nós a criamos quando criamos a rapidez, quando inventamos a necessidade desenfreada do “tudo para ontem”, quando assumimos a máxima de que “tempo é dinheiro” em detrimento do viver. Neste sentido, parece que nos tornamos mais velozes a cada dia faz parte de nossa “natureza desenvolvimentista” e por conseqüência, a lentidão do envelhecido, como deficiência, é tão natural quanto a velocidade naturalmente experimentada.

A partir de explicações que não têm levado em conta a complexidade do existir e reduzido tudo ao biológico ou ao psicossociológico, ou a ambos - é preciso marcar que esse jogo entre biológico, psicológico e social já é parte dos jogos de verdades apropriados e postos em circulação de acordo com os jogos de poder - é que se tem definido arbitrariamente que pessoas com determinada idade não servem mais para o trabalho, pois, presumivelmente, perderam sua capacidade produtiva, pondo em risco a produção, ou que, ao contrário, têm que continuar trabalhando para manter a boa saúde. A própria ambigüidade do discurso tem sido apropriada para, em momentos alternados, ser usada à serviço da manutenção da "máquina" produtiva, seja colocando o velho como seu operador ou então como consumidor do que essa máquina produz, ou ainda justificando a exploração de seu trabalho em sub-empregos.

Produção de saberes, jogos de verdade, jogos de força, produção de riquezas. Em *Microfísica do Poder*, Foucault (1992) afirma que, no fundo, *“temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas”* (p.180). São as linha de força contraditórias do dispositivo que o compõem em sua contradição, ou pseudo contradição. Com isto não são discutidas questões fundamentais como: o ambiente de trabalho, as condições a que estão submetidos os trabalhadores, suas rotinas, os ritmos e os critérios para desempenho das atividades, o mercado de trabalho, o sistema de produção e, o que considero mais grave, a própria produção dos modos de existência: o envelhecendo.

E quando se discute essas questões, geralmente o discurso é esvaziado do fundamental. Criam-se mitos de origem²¹ que logo são esquecidos para serem vividos como verdades inquestionáveis. Um exemplo disso? Maio de 2010. O Congresso Nacional brasileiro discute se aprova ou não um miserável reajuste de 7% aos aposentados, reajuste este já concedido aos trabalhadores da ativa. O governo diz que não tem dinheiro para pagar o reajuste e chama os senhores deputados e senadores de irresponsáveis; os congressistas, por sua vez, dizem que o governo está desrespeitando os direitos dos aposentados e aprovam o reajuste em ano eleitoral, fato este comemorado nas galerias do congresso por um grupo de aposentados. De imediato as tribunas são ocupadas pelos senhores parlamentares a louvar seus feitos pela aprovação e em brados propalam o resgate da dignidade de pessoas que tanto fizeram pelo país. Ora, de súbito, os ocupantes das galerias foram transformados em passado, os que “fizeram”, logo não o fazem mais: o mérito do reajuste se assenta não na “contribuição financeira e obrigatória” de uma vida, mas pelo que fizeram pelo país, e a dignidade custa 7% sobre um salário de fome. Dignidade barata para pessoas baratas. Mas cara ao Estado e por isso mesmo merecedora de toda a sua atenção. Não necessariamente no sentido do cuidado, mas no sentido do cálculo, da vigilância e do controle.

Temos, assim, uma aproximação do entendimento de velhice que subjaz às investigações de um modo geral, às proposições de instituições brasileiras que se apoiam na gerontologia, geriatria e psicologia do desenvolvimento e, mais recentemente, na psicologia do envelhecimento: a velhice é um inevitável declínio biológico associado à idade; uma patologia a ser evitada ou, ao menos, adiada, através da “educação” e/ou do trabalho até que finalmente não nos reste mais nada a não ser a captura: estou velho. Desde aí, os infortúnios, as mazelas, as dores, até então tratáveis, tornam-se apenas algo da natureza da

²¹ Mito de origem se refere aqui a criação ou uso indiscriminado de “verdades” de uma dada época postas por terra em época subsequente, mas que atravessam a história sem perder sua força. Na década de 40 do século passado propalou-se a idéia que a inteligência declinava com o envelhecimento. Embora à época já se tenha questionado tal idéia, ainda hoje é posta como verdade.

velhice a ser resignadamente aceita. A dor da velhice não é da ordem da medicina, da terapêutica, mas da resignação, da aceitação incondicional da suposta natureza.

A máquina precisa girar. O sujeito sai do mercado de trabalho, mas não pode sair do mercado. Se até a não muito tempo o mercado de trabalho foi fundamental à objetivação do indivíduo, e não que ele tenha deixado de ser simplesmente, agora o mercado de consumo, a indústria do entretenimento parece emergir com igual força para essa parcela envelhecida. Cada vez mais essa indústria tem explorado este filão e proposto suas próprias “teorias” para a “cura” ou adiamento da velhice através do lazer. Ou como disse uma conhecida ex-ministra do turismo, nada original, “se não há o que fazer, relaxa e goza”. Até na hora de relaxar e gozar, tratam o tema como se fosse uma mera questão de vontade individual, para além das condições reais de existência.

Noutras palavras, se a velhice não é da ordem da terapêutica, o que não é de todo verdade, é ao menos da ordem do entretenimento. A sedução do uso do prazer industrializado pode ser o canto da sereia – ordenador das forças em circulação capturando os desavisados.

Interessante que o dicionário Houaiss define lazer como “tempo que sobra do horário de trabalho e/ou do cumprimento de obrigações, aproveitável para o exercício de atividades prazerosas”. (Houaiss, dicionário eletrônico/www.uol.com.br). A definição de prazer, pois, está na contra-mão do trabalho. É o que sobra para quando não estamos trabalhando ou cumprindo com as obrigações.

CAPÍTULO V

Sobre a Produção do Dispositivo Velhice

Dispositivos são aparatos: técnicas, estratégias, táticas e procedimentos aplicáveis sobre determinado objeto visando um fim. Neste sentido, Lerena (1983) nos diz que as *“crianças, os loucos e as mulheres ingressam nos aparatos de normalizar, como seres privilegiados²², para serem comparados, diferenciados, hierarquizados, homogeneizados, repartidos.*

Esses aparatos usam o gesto, o espaço, a palavra, a regra, o prêmio, o castigo, o olhar, o silêncio, a repetição, o texto, o livro, o modelo, a escrita, a introspecção permanente como exercícios de domínio e de autodomínio, dentro de um modelo piramidal e hierárquico: refinadas técnicas de produção da singularidade, da individualidade, da consciência da própria identidade pessoal. (p.20)

Incluo neste pacote os velhos e chamo a atenção para a pedagogização da velhice, para um poder educativo que não deve ser reduzido aos aparelhos oficiais de ensino.

O que Lerena (1993) chama de *“exercício do poder educativo, como instância de produção de indivíduos, tem um caráter global e intermitente, colocando em marcha o processo de autotransformação”* (p. 20).

Atualmente o aprender a aprender é uma das temáticas disseminadas pelos quatro cantos. O discurso do empreendedorismo, da atitude pró-ativa, que promete a inserção no mercado de trabalho e que de lá também alija outro tanto, por falta de qualificação para o novo mundo.

²² Privilégio aqui não está sendo usado no sentido de prerrogativa, de vantagem, mas no sentido de objeto escolhido sobre o qual se aplicará determinada força, como alvo prioritário de determinado investimento, no nosso caso, procedimentos de normatização e normalização.

O discurso oficial e de formadores de opinião têm batido na tecla da abundância de emprego e da raridade da mão de obra qualificada. Na esteira deste discurso, têm se multiplicado pelo país projetos que pregam a volta do trabalhador à escola, quando a escola não vai à fábrica.

Tem se multiplicado pelas empresas brasileiras, em nome da qualificação da mão de obra necessária, sob a responsabilidade do SESI/SENAI/SENAC, todo um sistema de escolarização dentro das fábricas e/ou por meio do ensino à distância. E temos também os processos educativos voltados à preparação à aposentadoria, previstos pelo próprio Estatuto do Idoso, bem como as Universidades da Terceira Idade. Mais que um processo de formação profissional, em que pesem os ganhos daí decorrentes, está em jogo a formação do sujeito. E em tempos digitais, a formatação do sujeito.

Em *Vigiar e Punir* (1991) Foucault fala que a novidade, no século XVIII, era que a maior parte dos processos panópticos compunha-se e regularizavam-se a partir de uma formação de saber e majoração de poder se reforçando internamente de forma circular. Há uma torção do poder codificado de punir, em um poder disciplinar de vigiar. As disciplinas atravessam então o limiar tecnológico.

O hospital primeiro, depois a escola, mais tarde ainda a oficina, não foram simplesmente 'postos em ordem' pelas disciplinas; tornaram-se, graças a elas, aparelhos tais que qualquer mecanismo de objetivação pode valer neles como instrumento de sujeição, e qualquer crescimento de poder dá neles lugar a conhecimentos possíveis; foi a partir desse laço, próprio dos sistemas tecnológicos, que se puderam formar no elemento disciplinar a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho. Duplo processo, portanto: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à

formação e à acumulação de novos conhecimentos. (ibid, p.196).

Acrescento aqui a velhice, a gerontologia e a geriatria.

Em 1835, segundo Neri (1995), foi publicado *Sur l'homme et Le développement des ses facultes*, de Quetelet, matemático interessado em questões estatísticas ligadas às taxas de nascimento na população, mortalidade por idade, inteligência decorrente do envelhecimento, entre outros. Foi Quetelet o primeiro pesquisador a veicular a idéia de homem médio, mais tarde desenvolvida por Galton. Em 1853, influenciado por Quetelet, Galton publicou *Inquiry into human faculty and its development* na qual relacionava duração da juventude e personalidade, inaugurando o uso do método longitudinal em pesquisa. Mas foi em 1903 que Metchnikoff, sucessor de Pasteur, defendeu a idéia da criação de uma nova disciplina a que chamou de gerontologia, e em 1909, o médico Nascher introduziu na literatura médica o termo geriatria como o estudo clínico da velhice.

Ainda segundo Neri (ibid), após este período e até 1940, pouco se pesquisou sobre a vida adulta e em especial sobre a velhice, considerado o período de expansão e consolidação da pesquisa sobre a infância. Era a ciência à serviço dos ideais dominantes de progresso e o que representava a criança neste contexto em termos de valorização de ganhos, produtividade e do vir a ser da produção. Sustentada na teoria evolucionista de Darwin, a psicologia da criança, então emergente, trabalhava com a idéia de um desenvolvimento sustentado na *seqüencialidade das transformações* ao longo do tempo, *unidirecionalidade, orientação à meta, irreversibilidade, natureza estrutural-qualitativa das transformações e universalidade dos processos de mudança*. Na melhor das tradições darwinianas, não havia na psicologia do desenvolvimento lugar para o envelhecimento e a velhice, corroborado pela psicologia experimental e a psiquiatria que afirmavam que o desenvolvimento cessaria após a adolescência. Assim, gerontologia e geriatria eram estudos sobre a involução humana. Sobre os processos degenerativos em decorrência da passagem pelo tempo.

Esta idéia de declínio associado à idade é difundida e reafirmada em torno da segunda guerra mundial, quando um grupo de psicólogos respondendo ao chamado das forças armadas americanas e patrocinados pela American Psychological Association (APA), aplicaram em 1.726.966 homens entre 18 e 60 anos uma bateria de testes por eles criada para selecionar oficiais. O teste Army Alpha para alfabetizados e o Army Beta para analfabetos, em consonância com a ideologia dominante da origem genética da inteligência, se baseava na noção estatística de *homem médio* e de *distribuição normal das capacidades*. Os resultados publicados revelaram que os indivíduos tendiam a apresentar desempenhos piores à medida que ficavam mais velhos, ou seja, que a inteligência declinava com o envelhecimento. O ápice do desenvolvimento seria por volta dos 30 anos, seguido de um período de estabilidade e declínio. Apesar de Yerkes, o chefe da equipe de avaliadores, ter chamado a atenção para o fato de que o resultado não seria apenas uma consequência direta da idade e que as diferenças individuais poderiam ter a ver com a cultura, apenas os dados estatísticos foram considerados e publicados. Eis o que anteriormente chamava, nesta tese, de mito de origem. Uma pseudo verdade levada adiante como tal.

Ainda segundo Neri (1995), em 1935, Charlotte Bühler publicou os resultados da análise de 300 autobiografias de homens adultos concluindo, entre outras coisas, que existe uma seqüência regular nos eventos e nas experiências na vida adulta. E apesar de trilhar um caminho diferente da psicometria e da psicologia experimental, pela via da investigação clínica, Bühler trabalhando ainda na área da psicologia, acaba por reforçar o modelo deficitário aplicado à vida adulta avançada, considerando os eventos biológicos como a principal causa da agenda do envelhecimento.

Em 1946 foram fundadas a *Gerontological Society of America*, a *American Geriatric Society* e a *Division of Maturity and Old Age* da *American Psychological Association*, possivelmente, segundo Neri (1995), como resposta às projeções demográficas indicativas do processo de envelhecimento populacional que sofreriam os Estados Unidos

nas décadas seguintes, bem como França, Inglaterra e Alemanha decorrentes da conjugação de fatores como diminuição da taxa de natalidade, avanços da medicina e pelo vazio populacional dos adultos reprodutivos deixados pela Segunda Guerra Mundial.

Mas notem, todos esses fatores possibilitaram o aumento em número de pessoas com mais idade, não necessariamente a descoberta e/ou invenção da velhice. O que tornou possível o regime discursivo do qual derivam tais linhas de enunciação? Na questão da velhice, a despeito do número de velhos ter aumentado, não foi tão somente o número, a explosão demográfica que permitiu a sua visibilidade, mas a mudança no modo de iluminar a vida e o vivente. O fim do patriarcado, a suposta igualdade em liberdade propalada pela revolução francesa, a estatística e a razão de Estado, a transformação do poder e o avanço das biopolíticas foram algumas das condições de proveniência da velhice - retomaremos esta questão mais a frente -, juntamente com a guerra fria.

No pós-guerra, no período da guerra fria, que dividiu o mundo em dois eixos, mais uma vez as disciplinas científicas sofrem influências sociais e políticas na tomada de decisões sobre as prioridades de pesquisa em decorrência dos conflitos acirrados pelo lançamento do primeiro satélite artificial soviético em 1957 (Neri, 1995). Cientistas comportamentais e educadores foram convocados para contribuir com a reforma do sistema de educação norte americano visando, a longo prazo, a formação de cientistas e técnicos de alto nível para competir com os soviéticos.

Na medida em que a segunda guerra mundial havia dizimado um grande contingente de jovens adultos, como já mencionado, os adultos mais velhos foram os convocados para a realização do esforço técnico-científico. Era então necessário melhor conhecê-los para melhor educá-los. As mulheres de meia-idade, material humano disponível à época, se tornaram de uma hora para outra sujeitos de pesquisa. Estão dadas as condições históricas modernas para que a velhice ganhasse corpo no tempo e no espaço e em torno dela se constituísse um regime discursivo: curvas de visibilidade e regime de enunciação

atravessados de ponta a ponta pelas linhas de força: as práticas e os procedimentos de mormatização e normalização.

Na primeira metade do século XX, quando os estudos sobre o envelhecimento começaram a ser realizados em caráter científico, os temas estavam dispersos entre a psicologia, a sociologia do envelhecimento, a psicologia clínica, a psicologia social, a psicologia da personalidade, a psiquiatria e se detinham em temáticas típicas da chamada *meia-idade*. Essa categoria etária surgiu principalmente em decorrência do poder político dos grupos de pessoas com idade entre 45 e 55 anos que passavam a pressionar as políticas públicas, os meios de comunicação e a ciência por maior visibilidade social, oportunidades educacionais e ocupacionais, principalmente nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, essas pessoas se recusavam a aceitar o rótulo de velhos porque ainda eram sadios e produtivos. Novamente a concepção de velhice como doença e improdutividade presentes. Um estudo mais aprofundado se faz necessário para sustentar minha afirmação, mas entendo que a gerontologia e geriatria, fundadas nos Estados Unidos em 1946 como associações, se constituem em pólos aglutinadores responsáveis pela circulação das relações de poder, das linhas de força e dos regimes de enunciação, dos saberes encadeantes das linhas de força dando-lhes sentido.

É evidente a associação da velhice à doença e improdutividade, bem como fica evidente que o aparecimento de uma categoria etária tem muito mais a ver com pressões políticas e relações de poder do que um desdobramento natural de qualquer processo, seja ele de desenvolvimento e/ou envelhecimento. O aparecimento de um número maior de pessoas de idade “avançada”, o aumento do poder político de tais pessoas exigia do poder público uma resposta, uma solução, um movimento de contra-poder e de esvaziamento do poder crescente.

Temos aí todos os ingredientes necessários ao aparecimento de um dispositivo: as curvas de visibilidade, as curvas de enunciação, as linhas de força, os efeitos de subjetividade e as linhas de fuga e ruptura.

Um caminho já havia sido realizado com sucesso e relativamente aceito com facilidade pela sociedade quando da desqualificação do vigor juvenil, quando da desqualificação da ânsia de liberdade, quando a empolgação viril foi vertida em uma adolescência naturalmente rebelde, inconseqüente, instável. A virilidade fora “consentidamente” domesticada, ou melhor, desautorizada. A mídia dos anos 1950, em especial o cinema, foi prodigiosa nesse sentido com “Juventude transviada”²³ e “O selvagem”²⁴ por exemplo.

Interessante que a juventude (adolescente) é descartada, posta entre parênteses, por inexperiência, por falta de conhecimento e maturidade, e os velhos são descartados pelo excesso dela. Na juventude o corpo é preservado e a energia desqualificada, na velhice o corpo é preterido e a energia esvaziada. O conhecimento do velho é ultrapassado e a maturidade plastificada. Ou seja, do velho se diz que perdeu a plasticidade, e não só da pele, das articulações, mas também do cérebro e do comportamento e da vontade. Além do que, atualmente todo conhecimento necessário ou está por ser criado ou devidamente armazenado em mídia digital, dispensando por completo o humano como sujeito do conhecimento. Este conhecimento só era necessário e desejável nas chamadas sociedades fechadas, quando a continuidade da cultura dependia da passagem oral de uma geração a outra²⁵.

O caminho da domesticação está dado e aceito. O velho está na idade de não ter mais idade para fazer qualquer coisa e ter idade bastante para poder fazer o que queira, desde que seja o querer ser velho, é claro. A domesticação nos ensina a aplicar muitos truques, mas não admite que inventemos os nossos próprios, uma vez que o domesticado só o é se obedece ao comando, explícito ou implícito do domador.

²³ Filme de Nicholas Ray de 1955 estrelado por James Dean, Natalie Wood, Sal Mineo, Jim Backus

²⁴ Filme de Laslo Benedek de 1954 estrelado por Jay C. Flippen, Lee Marvin, Marlon Brando, Mary Murphy e Robert Keith.

²⁵ Ecléa Bosi em “Memória e Sociedade” faz uma bela leitura desta temática.

De acordo com Neri (1995), na segunda metade do século passado, as publicações de Gould (1972), Levinson (1976), (1986) e Sheehy (1978) estavam repletas de um ponto de vista da vida dividida em estágios e crises normativas internamente determinadas. A autora ainda acrescenta que é difícil separar o que é informação científica de opiniões, de crenças e pseudocrenças científicas sobre as possibilidades do envelhecer e que no fundo, o que está em jogo é a velha questão da imortalidade, que no século passado deixou de ser um problema só para os filósofos, para figurar na pauta de várias disciplinas científicas, entre elas a psicologia do envelhecimento que foi afetada pelas mesmas fontes que influenciaram a psicologia do desenvolvimento: o darwinismo, a estatística, a psicometria, a sociologia e a psicanálise como destaque.

Contudo, a esta altura, descobrir se é científico e/ou crença não nos faz diferença. Assim formulada, esta não passa de uma falsa questão. Informações científicas, pseudocientíficas, opiniões e crenças são todas componentes de um mesmo dispositivo: o Dispositivo de Velhice. O que está em questão são os efeitos de verdade.

A título de intensidade e constância, e não de mecanismo, o poder nos obriga a buscar a verdade. Diz Foucault (1992) que:

Somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. [...] Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e produz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (p. 180)

Nos jogos de força e veridicção, no Brasil, a gerontologia nasceu atrelada à geriatria - uma especialidade da medicina que tem se prestado à legitimação de discursos e práticas em nome da tentativa de dar conta da chamada nova realidade da longevidade, o que Benevides (2002) chama de o “novo velho”. O fenômeno da velhice é, portanto, afirmado como recente, segundo um discurso também recente, como se não existissem velhos em períodos históricos anteriores.

Esses discursos têm forjado conceitos que, no meu entender, têm se prestado mais a confusões do que propriamente possibilitado as soluções que buscam alcançar. O velho, o meu velho - termo por vezes carinhoso, mas que tem se deteriorado pela associação a uma imagem negativa do processo de envelhecimento - foi aprisionado no conceito de “idoso”, perdendo seu caráter singular, adquirindo uma forma genérico-abstrata, amorfa, uma cara sem rosto, o mesmo acontecendo com o conceito de “terceira idade” e a patética “melhor idade”.

Idoso, terceira idade, melhor idade, gerontologia, geriatria, longevidade, demografia, população, estatística, comportamento deficiente, saúde precária, dietética, instabilidade, plasticidade, estatuto do idoso, entre outros, são todos componentes dos jogos de verdade constituintes do dispositivo. Uma invenção moderna, mas que tem suas bases ali nos séculos XVII e XVIII.

É na esteira das invenções históricas que trago para a intercessão²⁶ as contribuições de Philippe Ariès como pano de fundo, para o início de uma discussão sobre o dispositivo de velhice. Ariès (1981) falando sobre o grande crescimento demográfico do Ocidente europeu, no século XVIII, faz referência ao surgimento da “necessidade” de um maior controle sobre os

²⁶ Em um texto chamado O intercessores do livro Conversações, Deleuze diz que é visível para as ciências que a verdade não é algo preexistente, a ser descoberta, mas deve ser criada em cada domínio. A produção da verdade passa por uma série de operações que consistem de trabalhar uma matéria, uma série de falsificações...”*Meu trabalho com Guattari: cada um é o falsário do outro, o que quer dizer que cada um compreende à sua maneira a noção proposta pelo outro. Forma-se uma série refletida, de dois termos. [...] Essas potência do falso é que vão produzir o verdadeiro, é isso os intercessores...*”

indivíduos como forma de coordená-los e integrá-los ao desenvolvimento dos novos aparatos de produção. Ariès chama a atenção para a urgência de controle através de mecanismos mais adequados e rigorosos que possibilitou o aparecimento do conceito de "população" com suas variáveis de números, de repartição espacial ou cronológica, de longevidade e de saúde, não só como problema teórico, mas fundamentalmente como objeto de vigilância. Portanto, muito antes do objeto aparecer como objeto de estudo ele aparece como objeto de polícia, vigilância. Foi nesse contexto que emergiu o "problema da infância" em relação ao seu número no nascimento e da relação de natalidade/mortalidade.

Mas sem negligenciar Ariès, avancemos nesta discussão, como havia referido anteriormente. Aprofundemos a respeito da questão da emergência da população, juntamente com a questão da economia como ponto central ao Dispositivo de Velhice e a razão de Estado.

Vamos com Michel Foucault (2009) e seu curso no Collège de France ministrado entre 1977 e 1978, intitulado "Segurança, Território, População".

Se até o século XVIII a população, ainda como povo ou agrupamento de indivíduos, era considerada essencialmente força produtiva e, portanto, deveria ser efetivamente adestrada, repartida, distribuída, fixada de acordo com os mecanismos disciplinares e de acordo com a vontade do soberano, a partir de então esse agrupamento de indivíduos ainda considerados em sua individualidade, será tratado de forma diferente. Não que os mecanismos disciplinares de adestramento, repartição, distribuição e fixação tenham simplesmente desaparecido ou sido sobrepostos. Mas uma nova noção, a noção de naturalidade, fará seu aparecimento e será essencial ao novo trato da população, e agora já podemos chamá-la assim.

A população não será mais da ordem do voluntarismo do soberano, mas aparecerá como fenômeno de natureza e, portanto, não será possível mais transformá-la por simples decreto. O que não significa dizer também que essa natureza

seja inacessível e impenetrável, pelo contrário. Desde que os agentes e as técnicas de transformação sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados e calculadores, a população em sua natureza, também chamada realidade, poderá ser transformada, anulada, limitada, freada ou, ao menos, regulada. A ação sobre a população dar-se-á pela ação sobre os elementos que aparentemente estão distantes dela: os fluxos de moeda, de importação e exportação, relações de trabalho e, devemos sublinhar, a produção de saber.

Nos séculos XVII e XVIII uma nova mecânica do poder será inventada, com procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes. Esta nova mecânica, nova economia do poder dar-se-á a partir de práticas em torno da gestão da vida, no sentido de sua majoração, multiplicação e regulação, produzindo um conjunto de mecanismos que incluiu as características biológicas fundamentais da espécie humana numa estratégia política, numa estratégia geral de poder, o biopoder.

Estamos aqui diante da,

Passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo [que] se faz [...] em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (Foucault, 2005, p.141).

A prática de fazer morrer e deixar viver, símbolo do poder do soberano foi cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Rapidamente aparecerão as escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecerão, também, no terreno das práticas políticas e *observações* econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração, técnicas diversas e numerosas de sujeição dos corpos e controle das populações: o biopoder. (Foucault, 2005)

Esta forma de poder toma por vida as manifestações biológicas e quantificáveis da espécie humana, tais como o nascimento, a morte, a longevidade; enfim, todos os fenômenos vitais passíveis de serem convertidos em taxas e índices numéricos. Houve um investimento maciço sobre os corpos, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência, hoje tão questionado em termos da não eficiência do Estado que tem sido acusado de, ao não ocupar os espaços, territórios e espaço social, dar margem a ocupação pelo crime organizado enquanto poder paralelo. (Foucault, 2005)

O biopoder mostrou-se “um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente” (Foucault, 1992, p.188), e a população, enquadrada por todo um aparato regulamentar, estaria na base tanto da riqueza como do poderio do Estado.

Entendamos um pouco melhor esta questão de fundamental importância para a compreensão da velhice como dispositivo, a emergência da população e o biopoder, posto que o segmento velhice se constituirá em um dos elementos foco das estratégias, táticas e procedimentos de segurança no campo da Razão de Estado.

A população como objeto de governo, *“torna ainda mais agudo o problema da fundação da soberania [...] e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver as disciplinas”* (ibid, p143). Sendo assim, não há uma substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade de governo. O que temos é um triângulo: *“soberania, disciplina e gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança”* (ibidem).

Este dispositivo vai inserir determinado fenômeno numa série de acontecimentos prováveis. As reações do poder a este fenômeno serão inseridas num cálculo que é um cálculo de custo-benefício:

Em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai se fixar de um lado uma media considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. (p. 9)

Este mecanismo, o mecanismo de segurança, se caracteriza fundamentalmente pela gestão das séries abertas que só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades. É este o caso da população. Uma série aberta, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem, gerida pela organização do meio.

O termo meio aqui está sendo usado no sentido Newtoniano, da ação à distância de um corpo sobre o outro. E mesmo antes da noção ter sido formada e isolada, segundo Foucault (2009), o dispositivo de segurança trabalha, cria, organiza e planeja o meio que será portanto aquilo em que se faz a circulação.

O meio é o conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. (p.28)

É com base na realidade abundância-escassez, uma quase-natureza, sem buscar impedi-la previamente, mas controlá-la, que o dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que Foucault (2009) chama de dispositivo de segurança, diferentemente de um sistema jurídico-disciplinar. Uma tecnologia de gestão econômica que visa à população e não mais os indivíduos. Estes serão apenas o instrumento, intermédio ou condição para obter algo no plano da população. Assim, faz todo o sentido subsumir com as singularidades, as caras, os rostos. E isto foi e é feito com muita propriedade no

caso da velhice. Como já citado, o meu velho, o teu velho, aquele velho é subsumido na máscara amorfa da terceira idade, do idoso sem cara, na abstração aberrante da melhor idade.

A população aparece, pois, como objeto, como aquilo sobre o que e para o que são dirigidos os mecanismos para produzir sobre ela certo efeito. E aparece também como sujeito, já que é a ela, população, que se pede para se comportar deste ou daquele jeito. Assim, segmentar esta população em nichos, - infância, adolescência, trabalhador, velhice - é já ação do dispositivo de segurança.

Entendamos um pouco melhor essa idéia de população realidade quase-natureza.

Abeille, citado por Foucault (2009), tomando como exemplo a questão dos cereais e sua escassez, pede para supor que, por um lado, um grupo de pessoas se atire sobre as provisões, se aproprie delas sem pagar, e que, por outro lado, haja certo número de pessoas que pratiquem retenções de cereal de maneira irracional ou mal calculada, e tudo irá encrencar.

E, com isso, vamos ter, revolta de um lado, açambarcamento de outro, ou açambarcamento e revolta. Pois bem, diz Abeille, tudo isso prova que essas pessoas não pertencem realmente à população. O que são elas? Pois Bem, são o povo. O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, como se não fosse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo se recusa a ser população, vai desajustar o sistema. (p. 57).

Quem é, pois o povo? É o mau cidadão, é aquele que se recusa a ser população, renegando sua natureza, como os maus e preguiçosos velhinhos que se recusam a se aposentar mais tarde, resistindo à mudança das regras do jogo no meio dele.

Assim também são os mais jovens, que estão começando a partida agora, mas que ao recusarem a mudança no sistema de aposentadorias, como na França, neste momento, são rapidamente tratados como povo. Indolentes, preguiçosos e vagabundos que põem em risco toda a população e o Estado que tão bem cuida dela. Para o bem da população e o fortalecimento do Estado, evoca-se a razão de Estado que, por sua vez, autoriza, em nome dessa razão e da população, a tomar as devidas providências, ainda que violentas, para manter a ordem e o bem estar social. Propor as mudanças, aprová-las, e se preciso for, evitar o golpe de estado, a ruptura com a razão de estado, usar de seu dispositivo militar para, se não evitar, ao menos reprimir o poder de revolta. Mas, o melhor, o menos caro, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista da sociedade - entenda-se do humanismo - é treinar a população para que se comporte como tal. Como no regime dos soberanos, uma demarcação do território – caixa “especial” no banco, lugar pré-definido no estacionamento, no ônibus -, certa dose de disciplina é necessário, mas muito mais imperativo é o a ação dos dispositivos – os saberes, as regulações, as dietéticas, as linhas de força, etc.

Dizíamos que certa dose de disciplina é necessário, e é verdade, mas como já citamos, a lei e a disciplinas não foram simplesmente recobertas, mas inseridas em uma tecnologia muito mais sutil. A disciplina funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento, concentra, centra e encerra. O primeiro gesto da disciplina é circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites onde ela tudo regulamenta, não deixando escapar nada. A disciplina e os sistemas de legalidade dividem todas as coisas em permitido e proibido.

Se a disciplina é centrípeta, jogando para fora tudo o que não pode ser disciplinado, encerrando-os em outros aparatos como hospital psiquiátrico, os dispositivos de segurança são ao contrário centrífugos, sugando para dentro tudo à sua volta, integrando perpetuamente novos elementos. O dispositivo de segurança integra-se à produção, à psicologia, aos comportamentos, às maneiras de fazer dos produtores, dos

compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores, integra-se ao mercado mundial.

No dispositivo de segurança há um nível em que o *laissez-faire* é indispensável. O princípio fundamental de que a técnica política nunca deve se descolar do jogo da realidade, aqui entendida como natureza, está profundamente ligada ao que se chama liberalismo. Transforme o mundo em natureza e deixe-a seguir seu próprio rumo, suas próprias leis.

É claro que na segurança certos mecanismos de proibição e de prescrição estão presentes, mas não como na lei e na disciplina. A segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule, limite, freie ou regule essa realidade. Isto é o fundamental nos dispositivos de segurança, usar a realidade a seu favor, utilizar o controle.

A segurança apóia nos detalhes, diferentemente da disciplina. Na segurança os detalhes não serão valorizados como bons ou ruins em si, mas tomados como processos necessários, inevitáveis, naturais. Esses detalhes não serão tomados por pertinentes em si, mas como pertinentes para se atingir a população.

E o que se busca atingir na população? De um modo geral e, fundamentalmente, o seu controle. Continuam valendo os procedimentos disciplinares para a máxima eficiência e o mínimo poder de revolta, mas isso será muito mais sutil. Muito mais eficientes, porque da ordem dos efeitos, os procedimentos, as técnicas de normalização e normatização seguirão os rumos de uma natureza naturante.

A disciplina é analítica, ela decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações em elementos suficientes para serem percebidos e modificados. A disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente. A partir daí estabelece a demarcação entre os que considera inaptos, incapazes e os outros, isto é, faz a demarcação entre o normal e o anormal.

Neste sentido, na disciplina o que é importante em primeiro lugar não é o normal e o anormal, mas a norma. É em relação à norma primeira que a determinação do normal e o anormal será possível. É por isso que Foucault (2009) afirma preferir dizer que nas técnicas disciplinares se trata de uma normação, mais do que uma normalização.

Como dizíamos, nas técnicas do dispositivo de segurança a coisa é muito mais sutil. Não se trata mais de decompor indivíduos, lugares, tempo, gestos, atos. As análises agora são do tipo,

Análises quantitativas de sucessos e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação,” [...] a doença vai “aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço” (ibid, p.79).

Aparece a noção de caso, que não é o caso individual, mas uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença ou de coletivizar no modo da quantificação, do racional e do identificável o fenômeno, de integrá-lo no interior de um campo coletivo. Importante, pois, ressaltar essa noção tão difundida, principalmente na área da saúde - a noção de caso.

Uma vez garantido a análise da distribuição dos casos, identificável em cada indivíduo ou grupo de indivíduos – infância, adolescência, trabalhador, velhice –, parte-se para a análise do risco. Risco de contaminação, de morbidade, de mortalidade, de revolta e quanto custam cada uma dessas possibilidades.

Depois das noções de caso e risco nos deparamos com a noção de perigo. Já se pode analisar a distribuição dos casos, determinar os riscos e identificar o perigo e por tudo isso numa curva de normalidade prevendo as probabilidades.

Se no sistema disciplinar a tendência era tratar indivíduo por indivíduo e no caso de não ser tratável isolá-lo para que não desviasse dos outros, no dispositivo de segurança a tendência será levar em conta o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura de todos os indivíduos, ou seja, a população, e verificar nessa população qual o coeficiente, o que seria o normalmente esperado em matéria de determinado evento. Trata-se, portanto, de um cálculo racional estatístico com vistas à segurança, segurança do Estado.

Podemos aplicar isso à velhice como dispositivo e dispositivo de segurança, não no sentido da doença propriamente dita, embora aí também a encontremos com bastante assiduidade, ainda que cada vez mais de forma indireta. Podemos aplicar o princípio em termos do cálculo, do número, do fracasso e do êxito: sistema de aposentadoria, sistema de saúde, internação especializada, tratamento e morte. Afinal, trata-se não do cuidado com um cidadão, uma pessoa, mas de saber quanto custa um velho, um aposentado vivo ou morto ao Estado, o que vale mais a pena, o que custa menos, quando se aposentar, como se aposentar, o que fazer depois. É disso que trata o Estatuto do Idoso, e antes dele o documento resultante da “Assembléia Mundial do Envelhecimento”, de 1982 na Áustria, dos “Princípios das Nações Unidas em favor dos Idosos”, de 1991, da “Conferência internacional sobre o envelhecimento de 1992 e da segunda “Assembléia Mundial sobre o envelhecimento” realizada em Madrid, de 2002.

Se nas disciplinas partia-se de uma norma e do adestramento efetuado por essa norma distinguindo posteriormente o normal e o anormal, na segurança vamos ter a identificação das diferentes curvas de normalidade e a operação de normalização consistirá em fazer as diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras de modo que as desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis.

É o caso da velhice. Não se trata de normalizá-la, no sentido de anulá-la ou evitá-la, não mais. Trata-se de mostrar as diferentes curvas de normalidade. Se a velhice for demarcada

muito cedo em relação à estimativa (probabilidades) de vida, por um lado, e a aposentadoria for alcançada precocemente por outro, mesmo que a contribuição compulsória tenha sido de 30 anos ou mais, e o salário aposentadoria seja uma miséria, dizem os estatistas de plantão que o sistema, o Estado não suportará e entrará em colapso.

É claro que todos esses procedimentos estão sempre sendo pensados sobre o pagamento devido pelo trabalhador. Nunca está em questão a má versação do dinheiro do contribuinte transformado em dinheiro público, nunca está em questão o lucro dos empreendedores já tão desafortunadamente penalizados pelos altos encargos estatais, nunca está em questão as grandes fortunas especulativas. Trata-se, portanto, de adequar curvas favoráveis e desfavoráveis. O que nos leva a desconfiar que o que está em jogo não é o valor do salário, a saúde do cidadão, o bem estar individual ou coletivo, a melhor idade, mas a Razão de Estado.

O Estado é, essencialmente e antes de mais nada, diz Foucault (2009):

A idéia reguladora de uma forma de pensamento, de reflexão, de uma forma de cálculo e intervenção que se chama política como máthesis, como forma racional da arte de governar. A razão governamental coloca o Estado, portanto, como princípio de leitura da realidade e o coloca como objetivo e como imperativo. (p. 385).

Neste sentido, o Estado aparece em sua natureza como único caminho possível e viável e seus procedimentos devidamente justificáveis, bastando,

Enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como

função garantir a segurança desses fenômenos naturais intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade. (ibid, p. 474)

A explosão demográfica, o aumento populacional e suas conseqüências médicas e socioeconômicas tem sido um dos critérios aludidos por pesquisadores e legisladores para a designação de verbas públicas e privadas para a implementação de estudos e políticas, dentre outras questões. Os conceitos de população e demografia já estão consagrados. O Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), criado em 1934 e instalado em 1936, tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas, e econômicas visando organizar informações para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal e outras instituições. Este instituto participa de nosso cotidiano. Abrimos-lhe a porta e permitimos que vasculhe nossas vidas como um ato de civilidade e obrigação patriótica, afinal somos membros de uma população. Quando muito, em tempos de violência, questionamos a autenticidade do técnico que nos revirará do avesso, mas jamais a sua função consagrada como estas paisagens que, de tão implicadas com os olhos, já não nos saltam ao olhar. Assim como não estranhamos a visita dos recenseadores que adentram nossa privacidade e colhem informações que sustentarão o biopoder, o Dispositivo de Velhice também nos captura sem nos darmos conta.

Se a infância como conceito, prática e experiência enfrentou alguma resistência de início, no século XVIII, em relação às novas formas de controle, como escreve Ariès (1981), parece não acontecer o mesmo com a velhice que já encontra entranhada em nossas veias os modelos, primeiro estatístico e depois bioestatístico, como explicação e justificação sempre visando a boa saúde, a qualidade de vida e a felicidade dos homens. A felicidade dos homens transformada na própria força do Estado.

Não vamos precisar datas, uma vez que entendemos irrelevante para o momento, mas se durante séculos da era cristã, nascer e sobreviver era da ordem da graça divina, no

século XVIII já podemos falar em desenvolvimento se dando em outra ordem: a ordem da práxis humana devidamente codificada. A classificação etário-cronológica com suas variantes normatizadoras e normalizadoras tem sido um desses mecanismos de efetivação e eficácia do poder de governo, de governamentalidade. Pois, antes de ser um “esquartejamento” temporal com vistas a uma melhor terapêutica, é um esquadramento sanitaria no sentido de polícia²⁷, iniciado no século XVII, um mecanismo de controle social e de garantia de mão de obra “qualificada”. Qualificada às necessidades do Estado, é claro.

Neste sentido, os enunciados, práticas e formações discursivas mais que instrumentos de compreensão de uma dada situação ou objeto forjam o objeto no momento de sua compreensão, são linhas de diferente natureza de um dispositivo. É o poder se efetuando em sua positividade, produzindo subjetividades que se encarregam de perpetuarem-se.

Se desde “sempre” existiram pessoas com muita idade - o Velho Testamento já fala sobre Matusalém, o patriarca que alcançou 969 anos e não foi o único -, porque só no século XX a velhice se tornou alvo de um saber especializado, seu objeto?

Como, o todo poderoso, o pai-patrão, o pai-proprietário, o patriarca, o temido senhor todo poderoso até o fim de seus dias, independente da idade, deixou de ser o mandatário para se transformar no pobre velho abandonado e mal tratado por filhos e estranhos em casa, hospitais e nas ruas, aprisionado nos asilos, aprisionado na velhice, ainda que sob o manto do bondoso humanismo protetor? E como ainda nos últimos anos foi transformado no idoso ativo, saudável em direção a uma velhice bem sucedida?

²⁷ Entende-se por ‘polícia’ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. [...] a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças.”p. 421

À medida que nos aproximamos de nossos dias, mais e mais pessoas passaram a viver mais, e segundo alguns autores, a viver melhor. Contudo, até o século XIX, não há coincidência entre viver muito e ser velho, tampouco tais pessoas eram encerradas na velhice dolorosa e caducante. Eram o senhor, o lorde, o nobre e, mesmo na plebe, o patriarca era respeitado e temido, provavelmente temido e respeitado. Não havia lugar físico, geográfico, econômico, acadêmico, e principalmente político para o aparecimento, para o nascimento da velhice, ainda que fosse visível o aumento do número de pessoas com muita idade. Noutras palavras, não basta existir em número para que algo ou alguém se torne por descoberta ou criação um objeto de discurso, de estudo como nos mostra Foucault em *Arqueologia do Saber*:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa 'dizer alguma coisa' e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que os novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz,

mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (Foucault, 1987, p.51).

Pois bem, ao menos até o século XIX, o patriarca ainda era o senhor de suas ações, respaldado, não só pela tradição, mas pela lei. Isso mesmo, as condições sociais e a lei garantiam o pátrio-poder com tudo o que representou por muitos séculos esta categoria.

A revolução francesa, a revolução burguesa, pode ser entendida como um marco na mudança nesse quadro. No Brasil, a lei de 6 de outubro de 1835 pôs fim, ao menos no papel, a lei do morgadio, fixando com isso a data da ruptura do *pater famílias* e de sua dominação sobre as mulheres e filhos. Condição reafirmada já no século XX, na constituição brasileira de 1998. A ordem jurídica vigente, àquela época, com seu regime sucessório de bens, garantia a esse pai-proprietário não só a riqueza, mas a sua dominação inquestionável. Assim a instituição do morgadio determinava que o primogênito homem, o morgado, fosse o único herdeiro da propriedade, garantindo não apenas a indivisibilidade das riquezas como também autorizando-o a acumular todos os privilégios do pai dominador.

A posição privilegiada do pai-patrão também era exercida na ordem dos saberes, já que a reprodução eficiente das formulas de dominação dos antecessores dependia de seu conhecimento sustentado na tradição oral e na experiência vivida. O velho era mais importante do que o novo; as informações úteis tinham sua fonte exclusiva no passado.

Mas uma lei não é só uma lei. A “sabedoria” popular há muito prega que não é qualquer lei que “pega”. Ela é propiciada e anuncia muito mais que uma letra.

E que o diga Balzac. Deixemo-lo então falar por meio de uma de suas personagens:

A França, minha filha, está numa situação precária... (...) Sabes, minha filha, quais são os efeitos mais destruidores da Revolução? Jamais os suspeitarias. Ao cortar a cabeça de Luís XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os chefes de família, há somente indivíduos. Ao querer tornar-se uma nação, os franceses renunciaram a ser império. Ao proclamar a igualdade de direitos à sucessão paterna, mataram o espírito de família, criaram o fisco. Prepararam, pois, a fraqueza das superioridades e a força cega da massa, a extinção das artes, o reinado do interesse pessoal e abriram caminho à conquista. Achemo-nos entre dois caminhos: ou constituir o Estado pela família, ou constituí-lo pelo interesse pessoal [...] (Balzac, 1989, pp. 237-238)

A revolução burguesa anuncia mais que mudanças na forma política, alerta Balzac. Ela anuncia uma nova forma de produção do humano. As novas relações de obediência filial estarão mais frouxas e permitirão que o vínculo de dominação e subordinação se torne mais igualitário e menos hierárquico, pondo cada qual à mercê de seus próprios cuidados. Independente de laços familiares, são todos competidores entre si. A competição não atingirá tão somente os modos de produção de bens e serviços e as modalidades de obtenção de lucro, ela atingirá sobretudo os modos de positivação do humano.

O novo modo de produção que se consolidou após a revolução francesa não propiciou somente a divisão técnica e social do trabalho, mas sobretudo o esquitejamento psicológico da população. A criança em formação, o adolescente rebelde, o adulto responsável. E é fantástico pensar nessa expressão – responsável – pois ela nos aparece hoje apenas com a conotação moral e médica. O adulto responsável é psicologicamente maduro, economicamente ativo e clinicamente saudável ou ao menos deveria ser. O seu oposto é um sujeito fraco, imoral ou doente. Mas a noção de responsabilidade nos remete para além, para o sentido de soberania assentado sobre

um soberano “protetor”, dono da vida e da morte de seus súditos, a ele docilmente submetidos.

Mas assim como a infância não nasceu de uma descoberta, como nos aponta Ariès (1981), e com todas as diferenças para com este historiador, Foucault também concorda neste ponto, também a velhice não nasceu de uma descoberta e/ou de uma revolução sanitária e avanço técnico-científico. Ela é fruto de novas práticas do biopoder, ligadas aos emergentes mecanismos de governamentalidade das populações: poder que pode ser captado em suas extremidades, em suas ramificações, nas instituições e formas regionais e locais positivando cada vez mais seres “como um problema econômico-político, uma preocupação médico-moral, uma inquietude religiosa e um encargo pedagógico”. A velhice é o efeito do dispositivo de velhice.

Como nos diz Corazza (1998), na “tarefa de produção dos indivíduos, ganha importância a ‘descoberta’ da debilidade da criança e as possibilidades e responsabilidades do adulto em sua educação, a ‘descoberta’ da educação da mulher, a ‘descoberta’ do valor estratégico da disciplina”. (p. 453). Sobre a produção do velho, a importância parece estar também na debilidade, ou em debilitá-lo, torná-lo vítima de si mesmo, de sua idade e/ou de sua irresponsabilidade, descuido de si. Trata-se de esvaziar-lhe as forças políticas, a resistência, facilmente “confundida” com as forças musculares.

É possível, portanto, afirmar que “a velhice” não é só um período da vida, o último dos tempos da existência, mas um conjunto muito bem articulado de saber-poder. Esse conjunto multilinear (o objeto, o sujeito, a linguagem), uma espécie de novelo ou meada composto por linhas de natureza diferente, não constitui um sistema homogêneo, nem suas linhas seguem uma única direção, posto que se aproximam e se afastam umas das outras formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze, 1991) e que Foucault chama de dispositivo. E o velho é o seu efeito, produto, resultado. Mas também, todo aquele que de uma forma ou outra nega, recusa, posterga, previne a velhice.

O dispositivo, no caso da velhice, embora não só aí, é uma espécie de cientificismo aplicado. Um dispositivo em cuja base se encontra instalado o poder crescente do modelo médico, uma vez que desde o século XVIII a medicina, muito mais do que as instituições religiosas e legais, tornou-se responsável pela definição e o controle dos problemas sociais. Como afirma Foucault (1992), a medicina já nasceu social. Já nasceu para dar soluções a problemas de urbanização. A medicina já nasceu como um caso de polícia, no sentido já citado

A biologização de questões sociais, a medicina e a prática médica, a medicalização do cotidiano, a psicologia e seus desdobramentos são outras tantas linhas que atravessam o Dispositivo de Velhice. Desde o nascimento da ciência moderna, a qual substituiu a religião como legitimadora dos critérios de normalidade/anormalidade, que a medicina, e mais tarde a psicologia, passaram a ser fontes de critérios de "verdade", emprestando um caráter científico às questões sociais.

De acordo com Foucault (1992), se o controle social sobre os indivíduos se opera pela consciência ou pela ideologia, ele começa no corpo. Antes de tudo, a sociedade capitalista investe no corpo enquanto uma realidade bio-política. Não é por acaso que olhamos nosso corpo e, ao olhá-lo, o que nos salta aos olhos é a pele que perdeu o viço, as nervuras, as rugas da mão, as deformidades das articulações. Quase sempre o ideal de evitação e/ou reversão do envelhecimento se pauta, em primeira instância, quando não só, na aparência física.

Mas o que vemos é formatado pelos discursos sobre o que deve ser visto, e estes nos dizem que a velhice tem sido basicamente definida como uma doença que se abate sobre corpos em declínio. Já existam discursos desvinculando o envelhecimento das doenças, por certo, mas não sem veicular e vincular envelhecimento e doença. Ou seja, ainda que não seja a velhice a doença, não se deixa de falar das doenças da velhice. Doenças que, sendo típicas deste período da vida, a acompanham lado a lado, apesar de toda dietética do autocuidado.

Esta "verdade" velhice/doença/declínio/dietética-responsabilidade tem servido, e muito, ao *status quo* vigente, porque há muitas vantagens políticas em se manter essas idéias de doença, de declínio individual associado à velhice. É uma das formas encontradas pelo poder para gerir a vida dos homens, diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, neutralizando os efeitos de contra-poder.

CAPÍTULO VI

A Velhice como Dispositivo²⁸

Está findando meu tempo,
A tarde encerra mais cedo,
Meu mundo ficou pequeno
E eu sou menor do que penso.
O bagual tá mais ligeiro,
O braço fraqueja as vezes
Demoro mais do que quero
Mas alço a perna sem medo.
Encilho o cavalo manso,
mas boto o laço nos tentos,
Se força falta no braço,
Na coragem me sustento.
Refrão:(Se lembra o tempo de quebra
A vida volta prá traz
Sou bagual que não se entrega,
Assim no mais.
Nas manhãs de primavera
Quando vou para rodeio,
Sou menino de alma leve
Voando sobre o pelego.
Cavalo do meu potreiro
Mete a cabeça no freio.
Encilho no parapeito,
Mas não ato nem maneio.
Se desencilha o pelego
Cai o banco onde me sento,
Água quente de erva buena,
para matear em silêncio.
Refrão
Neste fogo onde me aqueço,
Remôo as coisas que penso,
Repasso o que tenho feito,
Para ver o que mereço.

²⁸ Importante ressaltar que o dispositivo velhice não está separado do dispositivo subjetivante da vida em geral e tampouco o dispositivo velhice se constitui como um dispositivo isolado, homogêneo, subjetivante-objetivante de envelhecendo a despeito de outros dispositivos. Se trazemos para esta tese tão somente o dispositivo velhice é por opção, por foco. Por aquilo que nos interessa neste momento e o que o tempo nos permite.

Quando chegar meu inverno,
 Que me vem branqueando o cerro,
 Vai me encontrar venta-aberta
 De coração estreleiro.
 Mui carregado dos sonhos,
 Que habitam o meu peito
 E que irão morar comigo
 No meu novo paradeiro.

(*Veterano*, composição de Antônio Augusto e Ewerton Ferreira)

O poder é heterogêneo, exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis (Foucault, 2005). As relações de poder têm um papel diretamente produtor sobre os outros processos, sejam econômicos, de saber, sejam as relações sexuais que lhes são imanentes. O poder vem de baixo, não existindo nem uma matriz geral nem oposição entre dominador dominado. As relações de poder são intencionais, atravessadas de fora a fora por um cálculo que visa alvos e objetivos, o que não significa dizer que existe um sujeito que escolhe. Finalmente, destaca Foucault que onde há poder há resistência e tal resistência não está em oposição, em relação de exterioridade ao poder se não que lhe é imanente.

Foucault (ibid) refere-se a quatro regras para analisar o poder no campo das correlações de força, mas ele mesmo chama a atenção para se considerar essas regras como uma prescrição de prudência e não um imperativo metodológico. É uma proposta de uma analítica do poder.

1- Regra de imanência: neste momento da obra, Foucault se refere à sexualidade, mas podemos estender sem grandes cautelas, ainda que prudentemente, suas conclusões à velhice. Foucault é enfático ao dizer que o domínio da sexualidade não pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre. Se a velhice se constitui como domínio a ser conhecido a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível, tornam-se o comportamento deficiente do velho (perdas) e a velhice ativa como alvos das técnicas do saber e dos procedimentos discursivos a partir da dietética da longevidade saudável.

2- Regra das variações contínuas: não cabe procurar quem tem o poder ou quem é privado dele, nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância. Importante se faz buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. As distribuições de poder e as apropriações de saber são recortes instantâneos em processos de acumulação e inversão das relações de força. As relações de poder-saber são matrizes de transformações. Se num primeiro momento a geriatria e a gerontologia põem em questão os processos de pessoas com 60 anos e mais, atualmente todo o curso de vida (life span) está em questão na relação com uma velhice saudável e ativa, mas dócil, é claro, desde a infância, com sua dietética dos prazeres contidos, dos comportamentos regrados, do corpo disciplinado. Tudo sob controle – glicemia, colesterol, radicais livres – o *corpore sano*.

3- Regra do duplo condicionamento: embora centrado em um foco local, um esquema de transformação só funciona se inserido em uma estratégia global. O inverso também é verdadeiro. Nenhuma estratégia pode produzir efeitos globais se não estiver apoiada em relações precisas e tênues que lhe sirvam de suporte e ponto de fixação.

No momento em que escrevia este texto, em 2010, o modelo econômico estava em xeque. A Grécia está amargando uma crise espelhada na economia, mas que diz respeito a todos os aspectos da vida cotidiana, não só dos gregos, mas das populações de um modo geral. A Grécia solicita ajuda econômico-financeira à comunidade européia que se recusa a ajudá-la se modificações estruturais não forem introduzidas no país. Os gregos, por sua vez, vão às ruas em violentos protestos contra as mudanças propostas. Quais os discursos que ali circulam?

São discursos locais e globais. A comunidade européia se pergunta como pode ajudar a Grécia com vultosas quantias em euro enquanto os trabalhadores europeus se aposentam aos 65 anos, com a proposta de aumentar para 70, e os gregos se aposentam aos 55 anos, gerando um déficit que só faz aumentar a crise. A velhice grega, portanto, não é só grega e não são nem

só os velhos e nem só os gregos que estão em questão. Está presente em toda discussão uma racionalidade previdenciária circulante.

Quando no Brasil se discutem mudanças no regime de previdência e aposentadoria, não se está colocando em questão apenas os velhos e os brasileiros. Até mesmo para se alterar o regime de aposentadoria é preciso ter aposentáveis mais velhos e “saudáveis”, o que começa na infância com o regime de saúde e de empregabilidade ou, melhor dizendo, de governamentalidade.

4- Regra da polivalência tática dos discursos: diz Foucault (2005, p.95), que:

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de seguimentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável.

Não se pode tomar o mundo-discurso dividido entre os admitidos e os excluídos, entre os dominantes e os dominados. Mas, ao contrário, ele precisa ser tomado como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra.

O discurso veicula e produz poder, assim como o silêncio e o segredo lhe dão guarida.

Se no início, nos anos 70, Foucault somente utiliza a expressão “dispositivo de poder”, posteriormente o termo receberá uma acepção cada vez mais ampla e cada vez mais precisa até ser objeto de uma reflexão completa após “A vontade de saber”, em que a expressão “dispositivo de sexualidade” é central: um dispositivo é:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 1992, p.244).

Desenhemos pois o dispositivo de velhice recolhendo seus vários e heterogêneos elementos distribuídos ao longo desta tese em mais um esforço analítico interpretativo.

Cada dispositivo tem seu próprio regime de luz. Sendo assim, a visibilidade não se refere à luz em geral que ilumina objetos pré-existentes. Cada regime de luz, próprio a cada dispositivo, é formado por linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis do próprio dispositivo, fazendo “aparecer” esse ou aquele objeto que não existe sem ele. Visibilidade e enunciação, as duas primeiras dimensões de um dispositivo, consideradas por Foucault, compõem a dimensão do saber impondo certa ordem, nem sempre linear: as linhas de força caóticas em todo seu potencial criador.

O que tornou possível a curva de visibilidade e o regime de enunciação da velhice?

Para além do aumento do número de velhos, foi a mudança no modo de iluminar a vida e o vivente. O fim do patriarcado, a suposta igualdade em liberdade propalada pela revolução francesa, a estatística e a razão de Estado e as novas formas de condução dos homens, a mudança na forma de poder e o avanço das biopolíticas foram algumas das condições de proveniência da velhice, da produção do dispositivo de velhice.

As condições de visibilidade de nosso objeto vêm sendo gestadas, portanto, desde os séculos XVII e XVIII, mas foi a segunda grande guerra mundial um evento que possibilitou certo regime de luz, certo regime de enunciação. Iluminar o que podia

ser iluminado e sobre ele manter o foco. O velho, aquele que restara da grande carnificina. Depois da guerra, a guerra. A guerra fria e o projeto técnico-científico americano de competição com os russos. A escassez de uma população adulta jovem, dizimada no front pelas balas, frio e fome, põe a mulher de meia-idade, o material humano disponível, como sujeito de pesquisa, alvo de estudos e práticas. Na Europa, em especial na França, mais da metade da população com 60 anos e mais era miserável. Nasce a terceira idade decorrente de uma racionalidade previdenciária que atravessará os tempos até nossos dias.

Como nos diz Foucault (1987), não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que os novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Acrescenta ainda Foucault (2009), que a história de uma instituição não é o fracasso e o sucesso de sua funcionalidade, mas o lugar que ocupa em termos de estratégias e táticas no Estado de governo. A velhice dispositivo tem seu lugar estratégico e tático assegurado na racionalidade previdenciária estatal. Num mesmo movimento, mas por caminho inverso, se o dispositivo de infantilidade via sexualidade infantil põe em xeque a sexualidade adulta, o dispositivo de velhice pelas vias do trabalho e não trabalho, qualidade de vida e saúde põe em xeque todas as gerações precedentes.

Estão dadas as condições de possibilidades para se falar da *old age*, para a produção de um Dispositivo de Velhice. Curvas de visibilidade e regime de enunciação.

Começa, ou melhor, dá-se continuidade à produção das linhas de subjetividade. Um conjunto de regras, uma gramática é produzida e posta em circulação no interior dos aparatos de visibilidade em movimento, o dispositivo.

Inicialmente a produção de saberes estava dispersa entre a psicologia, a sociologia do envelhecimento, a psicologia clínica, a psicologia social, a psicologia da personalidade, a psiquiatria. Mas em 1946, criava-se o braço institucional do dispositivo de

velhice. Eram fundadas as *Gerontological Society of America*, a *American Geriatric Society* e a *Division of Maturity and Old Age da American Psychological Association*.

Embora não só, entendo que a geriatria, a gerontologia e a psicologia do envelhecimento se fazem responsáveis pela circulação das relações de poder, das linhas de força e dos regimes de enunciação encadeando e auto-ajustando entre si essas linhas de força, dando-lhes sentido.

Idoso, terceira idade, melhor idade, gerontologia, geriatria, longevidade, demografia, população, estatística, previdência social, segurança, comportamento deficiente, ambigüidade referente ao início da velhice, saúde precária, vacinação específica, invalidez, dependência, ativo, recolhido, dietética, dieta, instabilidade, plasticidade, programa pré-aposentadoria, aposentadoria, centro de convivência para idosos, centro de convivência intergeracional, baile da terceira idade, estacionamento exclusivo, caixa exclusivo, passagem gratuita, políticas públicas, universidade da terceira idade, educação, cultura e lazer adequados, educação para a velhice, arte do bem viver para o bem envelhecer, trabalho-cota responsabilidade social, turismo da melhor idade, debate biologia, psicologia e o social, aposentadoria compulsória, atividade *ad infinitum*, envelhecimento genético, estatuto do idoso, Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento de 1982, Princípios das Nações Unidas em favor dos Idosos de 1991, Conferência Internacional sobre o Envelhecimento de 1992, segunda Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento de 2002 são todos componentes do dispositivo de velhice. Jogos de verdade postos em circulação pelos jogos de poder. Cálculo, vigilância e controle.

Da ação do dispositivo: efeitos de subjetividade

Há não muito tempo, o patriarca, o tirano, o capo era cruel, violento, temido e respeitado. O sujeito de muita idade não era jamais um velho, mas a autoridade temida, respeitada e seguida, só ultrapassada pela destituição da vida na morte. Só a morte, natural ou imputada, tirava-lhe o governo de si e de outros. E a perspectiva da morte não lhe era paralisante. A iminência da

morte não lhe servia jamais de artifício impeditivo de viver a vida em toda a sua intensidade.

O Dispositivo de Velhice, em contrapartida, destitui em vida a vida. O governo de si e do outro foi vertido em “submissão” a si e ao outro. Mas submeter-se a si e ao outro não é algo que se dá de uma hora para outra. É um processo que se inicia ao nascimento. Desde muito cedo somos submetidos a uma dietética da recusa: os regimes de emagrecimento, os regimes para diabéticos, para cardíacos, para velhos – uma dietética da “saúde” de um sujeito ideal que desde que nasce é sujeitado e assujeitado.

Mas a velhice a partir do dispositivo parece ser tomada como um substrato, um ethos e um phatos onde o agente está descolado da ação. Não existe um devir, mas um dever (ser). Ser o velho da velhice, do dispositivo. Sua sexualidade é “angelical”, suas dores não são para serem tratadas, mas louvadas por serem típicas de quem triunfou sobre a vida desafiando a morte. Seu tempo não é para ser vivido, mas passado, está no lucro. Seu tesão é escárnio. Seu corpo não é seu corpo, é do médico, dos filhos, dos asilos, da lei, da instituição, da velhice, do dispositivo. Como diz o Estatuto do Idoso, deve ser cadastrado e submetido à cultura, ao lazer e à educação adequados a sua condição. Velho não radicaliza, se rebela. Não se sensualiza, é tarado. Não é doente, é doença. Não é agente, é paciente. Mas como diz Nietzsche (2009), não existe tal substrato; não existe “ser” por traz do fazer, do atuar, do devir; “o agente” é uma ficção acrescentada a ação – a ação é tudo.

Os dispositivos são, conforme já apontado, de natureza heterogênea, tratando-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes. São redes de captura.

Qual é pois, a natureza dos diferentes dispositivos e qual sua função estratégica?

O dispositivo de velhice positiva o velho, mas não só. Ele também positiva a criança, o jovem, o trabalhador. Positiva o lugar do olhar que se ocupa de olhar o lugar do velho.

Aqui abro parêntesis para uma inquietação com a qual encerro esta tese. Inquietação que revela a tensão que vivo e vivemos em relação a esse Dispositivo–rede que também me captura e contra o qual tento cotidianamente resistir, produzir meus exercícios de liberdade.

É grande o esforço para ver para além do olhar positivado, é grande o esforço para aquilo que Foucault chama de exercício de liberdade, para ir além do olhar que de imediato coloca o velho no lugar da tristeza, do fim, da piedade, do coitado, no lugar que não queremos ocupar. Já nos é difícil olhar para as mãos e ultrapassar o olhar que vê as manchas, as rugas, a velhice, o fim. Entristecemos-nos. Triunfo do cristianismo que sempre viu na alegria um perigo revolucionário. Essas mãos que acariciaram e, se deixarem, ainda podem acariciar, plantaram e podem plantar, têm a força da “humanidade” (os polegares opositores, como dizem o evolucionistas) para muito além das manchas e rugas que ganham a visibilidade ofuscante de um futuro incerto como sempre fora, são lançadas de um presente velho para um futuro passado: capturadas, dispositivadas gente – Dispositivo de Velhice.

REFERÊNCIAS

ALVES Junior, Edmundo de Drummond. (ORG). *Envelhecimento e vida saudável*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara (2ª Ed.), 1981.

Balzac, H. "Memória de Duas Jovens Esposas". In: *A Comédia Humana*. Trad. Vidal de Oliveira. 2 ed. São Paulo, Globo, 1989.

BARROS, Mirian M. L. de Org. *Velhice ou Terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENEVIDES de Barros, Regina Duarte e Castro, Adriana Miranda de. *Estudos Interdisciplinares do envelhecimento*. Porto Alegre, v.4 p.113-124, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. 3 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

CANEVACCI, Massimo. *Fetichismos visuais – corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2008.

Corazza, Sandra Mara. *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. Tese. Porto Alegre: UFRGS / FACED, 1998.

CASTRO, Edgard. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DEBERT, Guita Grin. *A Construção e re- construção da velhice: família, classe social e etnicidade*. Em: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999 (a).

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*, EDUSP, São Paulo, 1999 (b).

DEBERT, G. G. O velho na propaganda. *Cadernos do PAGU – Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP*, n.21, Campinas, 2003:133-156.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *¿Que és un dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1999, pp. 155-161. Tradução de wanderson flor do nascimento.

_____. *Nietzsche*. Lisboa, Portugal: Editora 70, 2007.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa, edição eletrônica disponível em www.uol.com.br

DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Estatuto do Idoso. *Lei n 10.741*, de 01 de outubro de 2003.

FAË, Rogério (2004). A genealogia em Foucault. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá, v.9, n.3, p. 409-416, set./dez.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987

_____. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes (9ª Ed.), 1991.

_____. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005, 16ª edição.

_____. *Historia da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2006, 11ª edição.

_____. *Historia da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2005, 8ª edição.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 2ª edição.

HADDAD, Eneida G. M. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

HOUAISS, dicionário eletrônico/www.uol.com.br

KERTZMAN, Olga Facciolla. *Velho, é o outro! a experiência de envelhecimento de usuários do núcleo de atenção à saúde do idoso*. São Paulo: s.n, 2004. 150 p. -São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde. Coordenação dos Institutos de Pesquisa.

LERENA, Carlos A. *Reprimir y liberar: crítica sociológica de la educación y de la cultura contemporáneas*. Madrid: Akal, 1983.

LOUREIRO, Altair M. L. *A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. *O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agnóstica de sujeitos-maternos*. Educação & Realidade. V.29 n.1 p.199-213, 2004.

MARTON, Scarlett. Foucault leitor de Nietzsche. Em: RIBEIRO, Renato J. (org.). *Recordar Foucault: Os textos do Colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MESSY, Jack (1993). *A pessoa idosa não existe*. São Paulo: ALEPH.

MOTTA, Alda Britto. Chegando pra idade. Em: BARROS, Mirian M. L. de Org. *Velhice ou Terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

NERI, Anita Liberalesso. *Psicologia do envelhecimento*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

NIETZSCHE F. *Humano, demasiado humano*. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEIXOTO, Clarice. Em: BARROS, Mirian M. L. de Org. *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

PRADO Filho, K. Michel *Foucault: uma história política da verdade*. Rio de Janeiro: Editora Insular/Achiamé, 2006a.

_____. *Michel Foucault: uma história da Governamentalidade*. Rio de Janeiro: Editora Insular/Achiamé, 2006b.

SAIS, Almir P. *Coisas de velho: coisas de vida*. São Paulo. PUC-SP. Dissertação, 1995.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SHEEHY, Gail. *Passagens: crises previsíveis da vida adulta*. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1998.

TEDESCO, Sílvia. e NASCIMENTO, Maria Lívía. (Org.). *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TUCKER, M. J. *El niño como principio e fin: la infancia en la Inglaterra de los siglos XV e XVI*. In: DeMAUSE, Lloyd (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. p.255-85.